



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Priscila Vieira de Oliveira

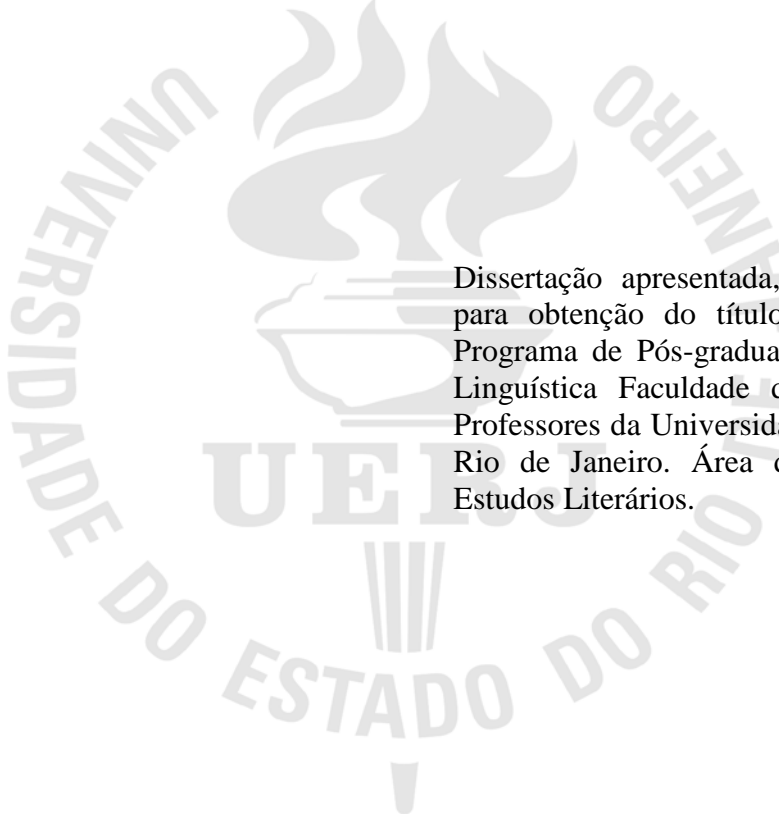
Maria Firmina dos Reis e a interrogação ao cânone com o romance *Úrsula*

São Gonçalo

2021

Priscila Vieira de Oliveira

Maria Firmina dos Reis e a interrogação ao cânone com o romance *Úrsula*



Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Orientadora: Prof^a. Dra. Norma Sueli Rosa Lima

São Gonçalo

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

O48 Oliveira, Priscila Vieira de.
Maria Firmina dos Reis e a interrogação ao cânone com o romance *Úrsula*
/ Priscila Vieira de Oliveira – 2021.
65f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Norma Sueli Rosa Lima.
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade
do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Reis, Maria Firmina dos, 1825-1917. *Úrsula* – Teses. 2. Escritoras
negras – Teses. 3. Escravidão na literatura – Teses. I. Lima, Norma Sueli
Rosa. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação
de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994

CDU 869.0(81)-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Priscila Vieira de Oliveira

Maria Firmina dos Reis e a interrogação ao cânone com o romance *Úrsula*

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Aprovada em 31 de maio de 2021.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Norma Sueli Rosa Lima (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof^a Dra Vera Lúcia da Rocha Maquêa
Universidade do Estado do Mato Grosso

Prof. Dr. Paulo César Silva de Oliveira
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

São Gonçalo

2021

AGRADECIMENTOS

A toda minha família consaguínea e por adoção.

Ao meu companheiro, que assim como eu, ele como homem preto e eu como mulher, juntos ficamos grandes e alargamos os espaços que nos querem estreitar, obrigada pelos afagos, afetos e suporte, acreditando e brigando junto por nossas utopias.

Às crianças da minha vida: Lucas, Ana Luísa e Maria Flor, que mesmo tão pequenos me trazem sempre ensinamentos grandiosos.

Ao meu pai (*in memoriam*) e minha mãe que sempre viram na educação o caminho e nos ensinou respeito e luta.

Às minhas irmãs e irmão que me mostraram o que é viver em sociedade e entre broncas e amores me ajudaram a saber mais sobre a vida.

Àqueles da minha família que estão longe, tios e tias, primos e primas, mas ao mesmo tempo sempre tão perto.

Aos meus sogros, tias, primos, bisa, cunhados, cunhada, sobrinhos que mesmo com a família já enorme me aconchegaram.

Aos amigos e amigas que emanaram forças, boas energias e sempre acreditaram nas minhas ideias.

À minha orientadora que me ensinou de fato o que é essa palavra com sua prática de me orientar pelos melhores caminhos com dureza, carinho, lucidez e sabedoria.

Aos professores e professoras do PPLIN que me fizeram confrontar com minhas verdades e ampliaram meu campo de visão e intelectualidade com aulas que me faziam sair sempre inquieta.

Às minhas e meus colegas de classe que me apresentaram pesquisas fascinantes e seus anseios por uma sociedade melhor.

À Faculdade de Formação de Professores que reside e resiste na minha cidade e é referência de ensino e pesquisa.

Aos meus alunos, alunas e colegas de trabalho que me inspiram à luta e dedicação à educação para todos e todas.

A todos e todas meu imenso respeito e gratidão por tornarem meu caminho mais aplainado, florido e colorido.

“A literatura é um fazer humano.”

Luiz Silva Cuti

RESUMO

OLIVEIRA, Priscila Vieira de. *Maria Firmina dos Reis e a interrogação ao cânone com o romance Úrsula*. 2021. 65f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

A pesquisa objetiva investigar o porquê da obra *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, ter sido ignorada por décadas. Interessa-nos investigar as causas da exclusão e falta de circulação dessa obra, tão divulgada em sua região e que só reapareceu no cenário literário mais de cem anos depois. Trata-se, atualmente, de escritora considerada como a primeira negra a escrever sobre a condição do escravo e da escrava de ponto de vista diferenciado de contemporâneos a ela, ressaltando a humanidade na caracterização desses personagens. Para isso, teremos como *corpus* teórico autores que trazem discussões sobre a condição da mulher e do/a negro/a no século XIX e na contemporaneidade. Pretendemos compreender o motivo de ela não ter constado em antologias específicas da produção considerada “afro-brasileira”, que no nosso entender sugere a perspectiva de uma crítica literária aliada a perspectivas hegemônicas, ainda reticente quanto a questões de gênero e etnia, haja vista que a mulher negra sofre dupla exclusão. Por fim, destacaremos o epistemícidio de culturas contra hegemônicas e seus desdobramentos presentes no aspecto literário, ensino e pesquisa, refletindo a desigualdade e exploração em que o Brasil foi construído.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis. Cânone. Literatura negro-brasileira.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Priscila Vieira de. *Maria Firmina dos Reis and the questioning to the canon with the novel Úrsula*. 2021. 65f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

The objective of this work is to investigate why the novel *Úrsula* (1859), written by Maria Firmina dos Reis, was ignored for decades. We are interested in investigating the causes of the exclusion and lack of circulation of this work, so widespread in its region, that only reappeared in the literary scene more than a hundred years later. Currently, she is a writer considered to be the first black woman to write about the condition of the male and female slave from a different point of view of her contemporaries, as she emphasizes humanity in the description of these characters. For this purpose, the theoretical corpus of the present study will bring authors who propose discussions about the condition of women and blacks in the 19th century and in contemporary times. We aim to understand the reason why she did not appear in specific anthologies of the considered “Afro-Brazilian” production, which in our point of view suggests the perspective of a literary criticism combined with hegemonic perspectives still reticent on issues of gender and ethnicity, given the fact that black women suffer double exclusion. Finally, we will highlight the epistemicide of non-hegemonic cultures and their effects in literary aspects, teaching, and research that reflect the inequality and exploitation in which Brazil was built.

Keywords: Maria Firmina dos Reis. Canon. Afro-Brazilian literature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Subscrições do jornal A Imprensa, dos meses de fevereiro e agosto do ano de 1860	21
Figura 2 – Capa da 1ª edição do romance <i>Úrsula</i>	22

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	O NASCIMENTO DA LITERATURA NACIONAL E O ROMANCE ÚRSULA	12
1.1	O surgimento da literatura brasileira	12
1.2	A impossibilidade de uma literatura negra-brasileira e a publicação de Úrsula	18
2	O PROTAGONISMO NEGRO EM MARIA FIRMINA DOS REIS	31
2.1	Estratégias narrativas da margem	31
2.2	Túlio, Suzana e Antero – das margens ao centro	34
3	PERPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS PARA O LEGADO DE MARIA FIRMINA DOS REIS	45
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

Maria Firmina dos Reis, mulher, negra e nordestina marginalizada e que sofreu várias tentativas de silenciamento. Ela escrevia colunas de jornais, romances, contos, músicas e poesias. Era corajosa e lutava pela causa dos grupos subalternizados, transgrediu, rompeu com as narrativas eurocêntricas naturalizadas.

Isso nos soa como algo comum nos dias de hoje devido à realidade em que essa categoria é colocada há séculos. Mas aqui quem protagoniza é Maria Firmina dos Reis, situada no século XIX, maranhense, filha de uma mãe mulata e um pai branco que não a reconheceu legalmente como tal. Crescida em uma pequena cidade, essa mulher foi reconhecidamente uma referência para o Maranhão, uma figura homenageada, respeitada e seguida, como ela não poderia imaginar.

Ela faz parte de um grupo que carrega por longas datas as marcas da escravidão e subjugo de uma sociedade desigual e desajustada. A mulher e a pessoa negra no Brasil sofreram e sofrem por uma construção de narrativas filosóficas, cientistas, religiosas e místicas estigmatizadas em torno do que seriam. São discursos que fragilizam, inferiorizam, animalizam e objetificam essas pessoas, subcategorizando-as.

A literatura, assim como outros tentáculos desse sistema, pode ser um desdobramento dos mecanismos opressores e marginalizadores, instrumentalizando discursos moralmente aceitos por uma elite intelectual. Sua criação, recepção e crítica muitas vezes se restringem a um grupo letrado, escolarizado e dominante, entretanto algumas exceções encontraram brechas e/ou caminhos paralelos aos pré-estabelecidos.

O processo de construção jurídica e de estabelecimento dos direitos civis nunca abarcaram os negros, negras e mulheres de forma igualitária aos do homens brancos. O acesso ao ensino lhes foram negados ou limitados, os cargos diretivos não lhes eram possíveis, até mesmo o direito de ir e vir e a liberdade do próprio corpo lhes foram imputados.

Diante dessa conjuntura formada, a voz dessa população era cada vez menos ouvida e sua invisibilidade mais instituída. A impossibilidade de uma literatura escrita por mulher e negra no século XIX era ainda mais evidente. Somente mais de um século depois as escritas firminianas foram expandidas em território nacional e retomados seus acervos.

Esse epistemícidio da cultura e do conhecimento não branco-europeu tem desmembramentos que estão presentes ainda nos dias de hoje. O cânone valorizado nas instituições de ensino e currículo não incluem a população marginalizada e representa um

pensamento hegemônico eurocêntrico. Mesmo após a implementação de leis que obrigam o ensino das literaturas africanas, indígenas e negras-brasileiras, na prática e nos manuais ainda privilegiam os mesmos conceitos.

Como oriunda e professora do ensino público, pude perceber, ao longo dos anos, a exclusão sistemática de gênero e etnia no conhecimento e divulgação acadêmica. Os intelectuais apresentados eram sempre aqueles que não nos representavam, que estavam entranhados sob uma ótica colonial que transformavam os grupos marginalizados em narrativas caricaturais, místicas, exóticas. Em que as narrativas eram sempre feitas sobre nós e não por nós.

Ao longo de minha trajetória como educadora fui experimentando trazer para os estudos e base teórica outros gêneros e grupos étnicos que não havia visto enquanto estudante. Diante desse novo método adotado pude perceber as aproximações e apreciações por autoras e autores que tivessem narrativas mais próximas de suas vivências e que rompessem com discursos estereotipados e limitantes. As salas de aula se encheram de Maria Firmina dos Reis, Maria Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Lima Barreto e outros autores e autoras que pudessem espelhar sentimentos e experiências comungados com seus pares.

Sob essa perspectiva, a temática e a necessidade de refletirmos sobre esse cenário é latente em todos os mecanismos, principalmente na elite intelectual e suas produções. A discussão sobre a pluralidade da ciência, que é marcada pela participação de grupos feministas, multiculturais, pós-coloniais, étnicos, busca uma forma de sinalizar que há um hiato entre a epistemologia convencional. A partir daí, questiona-se a neutralidade da ciência e busca uma abertura à diversidade de modos de conhecimento e novas formas de relacionamento com a ciência. E isso se dá, ainda segundo o autor, confrontando a monocultura do saber.

Esse texto introduz o trabalho que seguirá apresentando desafios, reflexões, tensões e possíveis proposições a partir de uma intelectual mulher, negra e sua obra que emerge no século XIX como alternativa e confronto com a realidade da época, aquela que instrumentaliza vozes silenciadas e potencializa a humanidade de sujeitos animalizados e objetificados. Sua narrativa racional e crítica é cheia de emoções, sentimentos, denúncias e rompimentos de uma lógica construída sob um território escravocrata, sexista e de extermínio cultural e humano.

Em um primeiro momento, trataremos um recorte histórico e situaremos a obra no período de insurreições que o território brasileiro passava e como isso repercutiu em todas as esferas da sociedade. Ainda nesse caminho, falaremos sobre os debates acerca do surgimento

e da formação da crítica e acervo literário brasileiro. Em seguida abordamos a autora, sua obra e importância para a sociedade do século XIX, sua influência, circulação e resistência. Nesse contexto, refletiremos sobre as questões de gênero e raça, seus direitos civis e desdobramentos nas atividades culturais e intelectualidade. Será explorada a obra, suas apreciações, personagens e temáticas que envolvem essa atmosfera literária, principalmente ao que tange o lugar dos marginais no cânone literário instituído.

Por fim, analisaremos as múltiplas faces e heranças deixadas por Maria Firmina dos Reis nas produções contemporâneas e suas mudanças nas estruturas sistematicamente tomadas por ideias, posturas, pensamentos e crenças coloniais.

1 O NASCIMENTO DA LITERATURA NACIONAL E O ROMANCE *ÚRSULA*

1.1 O surgimento da literatura brasileira

Para compreendermos melhor o contexto em que a literatura brasileira reivindica seu nascimento, faremos um breve apanhado histórico para situarmos temporalmente o período em questão. O recorte se dará do período Colonial ao Brasil Império, que situa-se entre os anos de 1500 e perdura até o século XIX.

O período de colonização do Brasil é cercado de fatos importantes que marcaram fortemente a história. Desde a chegada dos portugueses até os dias de hoje, percebemos sinais deixados na construção da cultura e na formação do povo brasileiro. A convivência forçosa entre os índios, africanos e europeus no mesmo território deixou fortes traumas, já que os europeus impunham de modo genocida uma outra forma de viver a todos e todas que aqui estivessem. Isso causou vários impactos, dentre eles o fortalecimento de um pensamento hegemônico intelectual, religioso, cultural, etc.

Esse conflito se dá em todos os níveis, predominantemente no biótipo, como guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para as populações indenes. No ecológico, pela disputa do território, de suas matas e riquezas para outros usos. No econômico e social, pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e ouros. No plano étnico-cultural, essa transmissão se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificado, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África, e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas (RIBEIRO, 1995, p. 30).

Ynaê dos Santos (2017) estima que no território brasileiro havia uma população indígena composta por aproximadamente cinco milhões de habitantes, com campo linguístico, crenças e tribos diversificados. Uma das primeiras ações da Coroa Portuguesa foi dividir o território em porções, as capitânicas hereditárias e cada uma seria dada a um nobre português, que se tornaria o responsável em administrá-la, construindo, arrecadando impostos, explorando a região, extraíndo produtos, principalmente o pau-brasil, enfraquecendo e desordenando as relações sociais e o ecossistema existentes.

A partir de Fausto (2003) percebemos que como essa divisão fracassou e a extração do pau-brasil paulatinamente já não se tornava tão viável, a Coroa decidiu instituir um outro tipo

de sistema através do governo-geral, aquele que cuidaria da administração da região, desta vez composta por militares e funcionários civis e econômico: a monocultura, com produções e produtos de baixo custo.

Ainda evocando Fausto (2003), com terra em abundância e uma nova produção agrícola, um exército de mão de obra barata era necessário para compor essa equação, como os portugueses já comercializavam africanos escravizados, pensou-se neles, o que deu início ao tráfico negreiro no Brasil.

O crescimento da colônia tomou impulso somente no ano de 1807, quando centenas de pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil, com todo aparelho burocrático: ministros, conselheiros, juízes, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero, além do tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FAUSTO, 2003). Logo, o Brasil muda de patamar, deixando de ser mera colônia para se tornar sede do império português, já que a preocupação era transformar esse espaço para o mais compatível com a realeza. A partir daí, buscou-se fortalecer áreas negligenciadas e até mesmo impedidas de crescerem, favorecendo a urbanização, além da criação de instituições de ensino e pesquisa, dando início ao crescimento econômico, o que contribuiu para a formação da elite política, intelectual e comercial.

Essa nova classe que crescia passou a buscar cada vez mais distanciamento da metrópole e, conseqüentemente, autonomia para a colônia, o que se desdobrou na transição ideológica expressas em ação e escritos intelectuais, já que, além de darem forma ao discurso de identidade nacional, promoviam ideias liberais que visavam autonomia da colônia (CANDIDO, 2004).

Diante dessa conjuntura, a Independência do Brasil era um caminho desenhado e uma solução conciliatória, que permitia às classes dominantes manterem a posição e as vantagens, sem resolver os problemas das classes dominadas era o meio mais acordado (CANDIDO, 2014). Em 7 de setembro de 1822 o Brasil foi declarado independente politicamente de Portugal por Dom Pedro às margens do Riacho Ipiranga, que consagrou uma nova postura em relação a tudo que fosse base para a construção da identidade brasileira.

A mobilização em torno desse ideal de nação independente era cada vez mais intensa e o envolvimento e crescimento de grupos artísticos, intelectuais e cientistas era cada vez maior. Muitos fatores foram fundamentais para esse cenário que se construía: a Academia Imperial de Belas Artes, a criação da imprensa e a permissão de tipografias, formação de bibliotecas e

institutos de ensino e pesquisa, o crescimento econômico, a formação do exército brasileiro, as revoltas, a presença de brasileiros em vários setores e cargos importantes.

Como tudo nesse contexto conduzia para o distanciamento do que representava a metrópole, com a literatura não seria diferente, pensava-se em uma produção que traduzisse os ideais desse período. Alguns traços da estética literária que prevalecia na Europa começaram a ser ressaltados nas obras daqui: melancolia, referências à natureza, sentimento de orgulho nacional, além de uma forte religiosidade.

Um elemento importante nos anos de 1820 e 1830 foi o desejo de autonomia literária, tornado mais vivo depois da Independência. Então, o Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e portanto a identidade, em oposição à Metrópole, identificada com a tradição clássica. Assim surgiu algo novo: a noção de que no Brasil havia uma produção literária com características próprias, que agora seria definida e descrita como justificativa da reivindicação de autonomia espiritual (CANDIDO, 2004, p. 18).

Um país em construção precisava reforçar uma identidade própria e era necessário que todas as esferas fizessem parte desse ideal. Esse fato trouxe, como consequência, a investigação pela cultura local, que marcasse distinção com a situação de ex-colônia. Assim afirma Norma Lima:

A construção artística, enquanto emblema nacional, encontrou o seu auge na II Regência, pois Dom Pedro II tomou para si a tarefa da criação de uma política cultural sistemática para o Brasil, cujos marcos que aqui interessam mais diretamente são: em 1838, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que promoveu, entre outras ações, a Literatura Brasileira nos moldes do Romantismo, de feição nacionalista (na presença de autores como Gonçalves Dias, entre outros) e a fundação do Colégio Pedro II, símbolo de civilidade e de pertencimento à elite (LIMA, 2016, p. 175).

O Romantismo tem sua origem na Alemanha ainda no século XVIII e somente no século XIX passa a ser responsável pela base de pensamentos e construções literárias na América. Na Europa ele surge como uma possibilidade de olhar para uma sociedade que se construía, é nesse período que crescem as indústrias e com elas os conflitos de classe. No Brasil, embora muitas características do romantismo encaixassem perfeitamente com o momento vivido, alguns pontos eram mais evidentes do que na construção estética romântica de lá. Aqui, a subjetividade, a identidade nacional, exaltação da natureza, indianismo, além do sentimentalismo exacerbado eram sua principal feição. Alfredo Bosi (2017) cita Karl Mannheim em seu livro *História concisa da literatura brasileira* para definir o Romantismo como aquele que expressa os sentimentos dos descontentes com as novas estruturas.

No Brasil, a imprensa e a circulação de livros eram muito restritas ainda, o que dificultava a circulação dessa nova ideia e a formação massiva de novos leitores e escritores. O primeiro jornal só pode ser publicado em 1808, *Gazeta do Rio de Janeiro*, a partir do ato real após tentativas em anos anteriores. Esse veículo de informação tornou-se forte instrumento de divulgação de obras literárias, seja em folhetins ou subscrições.

Mesmo com tantos entraves, o Romantismo se firmava e teve como influência nomes como: Antônio Pereira de Sousa Caldas, Frei Francisco de São Carlos, Elói Ottoni, Domingo Borges de Barros, Frei Francisco de Monte Alverne, o francês Ferdinand Denis - que passou tempos aqui e reafirmou a ideia de que um país com fisionomia geográfica, étnica, social e histórica definidas deveria necessariamente ter a sua literatura. Suas ideias foram fundamentais, traçando diretrizes para o que se formava, tais como: privilegiar o tratamento literário da natureza brasileira e do índio; quanto à concepção estética, o reconhecimento de que o Romantismo era a grande atualidade; consciência de autonomia; verificação do passado literário; reconhecimento da posição central dos temas nativistas; inclinação para o lado das novas tendências estéticas (CANDIDO, 2004).

A busca por literaturas nacionais fez com que dessem início à formação do cânone literário brasileiro através da publicação de um conjunto de textos poéticos por Januário da Cunha Barbosa (1706 – 1846), que reunia textos desde o passado colonial, até os seus dias, o que seria o início da construção da historiografia literária brasileira (CANDIDO, 2004).

A formação de um grupo de estudantes brasileiros em Paris foi outro aspecto fundamental para a produção de obras com a estética Romântica no Brasil, tendo em vista as influências europeia nas publicações que foram produzidas por integrantes desse grupo, como Domingos José Gonçalves de Magalhães que publica na revista de Niterói o texto *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, que viria a ser um manual da literatura romântica brasileira. Em 1859 o mesmo autor publica o livro de poemas *Suspiros poéticos e saudades*, considerado o marco do que seria uma literatura propriamente brasileira.

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral, de mais belo na natureza. A literatura é a expressão do caráter ou do espírito de um povo; ela dirá às gerações futuras qual fora o caráter e a importância do povo (...) cada povo tem sua literatura própria. (MAGALHÃES, 1836, p.2)

É possível compreender, que para esse grupo a literatura tinha que expressar o que trazia de mais original e sublime de cada nação já que o Romantismo é, para ele, uma criação

espontânea e natural, gerada na formação do povo. A partir daí o índio surge como elemento principal para representar o que seria a gênese da literatura nacional.

Propulsores do movimento romântico brasileiro, esses intelectuais demonstravam propósitos muito mais conciliatórios que interesses em romper com a tradição, introduzindo temáticas que elevavam sempre o patriotismo e autonomia como pontos-chaves dessa estética, o que proporcionou tranquilidade à elite, que passou a financiar e dar total apoio. Isso tornou-se um impasse, tendo em vista que, por um lado daria visibilidade e volume aos trabalhos nacionais, por outro inibiria a abordagem de temas que pudessem conflitar com os interesses dos que estavam no poder.

Paralelamente a esses acordos, formavam-se grupos que traziam temas mais espinhosos, que tiravam o conforto e a homogeneidade dos que convergiam com os europeus. Ademais, acirravam outros questionamentos acerca do que seria literatura brasileira e seu ponto de partida, visto que uns acreditavam que somente o romantismo trouxera a identidade brasileira nas obras e a partir daí daria seu início; outros, contudo, enquanto outros pensavam já existir literatura brasileira antes mesmo do romantismo; e havia alguns que a literatura acreditavam que a literatura feita aqui não passava de cópia das europeias.

Tornou-se, para os investigadores da literatura nacional, urgente a compilação e catalogação das obras brasileiras, pois visavam a afirmação da história literária do país. As principais publicações com esse propósito foram *Parnaso brasileiro* (2 volumes, 1843-5), de João Manuel Pereira da Silva (1817-97); e o *Florilégio da poesia brasileira* (3 volumes, 1850-3), de Francisco Adolfo de Varnhagen (CANDIDO, 2004). Entretanto, a crítica que se formava permanecia alinhada aos pressupostos do padrão de escrever da metrópole e por esse viés valorizava ou desqualificava as obras (CUTI, 2010, p. 15).

Como consequência, nas publicações brasileiras que surgiam, em sua maioria, eram nítidos os traços europeus, não só pelo seu formato, como também pelas reafirmações eurocêntricas de estética, religiosidade, gênero e etnia, consagrando discursos hegemônicos na literatura brasileira.

Segundo a historiografia da literatura nacional, os autores em destaque nesse período foram: Gonçalves Dias, Martins Pena, criador do teatro brasileiro, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu, Sousândrade, Castro Alves, Joaquim Manoel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar, Bernardo de Guimarães e Visconde de Taunay (CANDIDO, 2004).

Ainda segundo os manuais esse período pode ser dividido em três gerações e cada uma com sua marca peculiar, a primeira o saudosismo, indianismo; a segunda mais

individualizada; e a terceira mais voltada para temas sociais e políticos, já que é justamente nesse período que se fortalecem movimentos abolicionistas e o crescimento urbano.

Outro importante marco dessa literatura foi o surgimento e consagração do gênero romance, por volta dos anos de 1830, que tornou-se destaque nesse período, sendo os mais lidos os de origem europeia, principalmente da França, publicados em folhetins de jornais.

Vale destacar como principais romances brasileiros *O filho do pescador* (1843) de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa e *A Moreninha* (1844) de Joaquim Manuel de Macedo, são considerados os primeiros romances brasileiros. Na análise de Aurélio Buarque de Holanda, que escreve no prefácio da publicação do livro de Teixeira e Sousa:

A primeira obra a que se pode chamar romance brasileiro é, pois, o *Filho do Pescador*, de Teixeira e Sousa. E o livro, se não influenciou literariamente, influenciou pelo exemplo a outros escritores... O mestiço de Cabo Frio é que dá começo à história do nosso romance, do romance brasileiro, situado no Brasil, feito por filho do País, de espírito formado na terra e a ela radicalmente ligado (HOLANDA, 1977, p. 8)

Para a historiografia, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre são os primeiros intelectuais a formarem um movimento pró-romantismo. Gonçalves de Magalhães publica *Suspiros poéticos e saudades*, nessa obra o autor reitera o ideal romântico com o saudosismo da pátria, em sua passagem pela Europa.

Tu vais, ó livro, ao meio do turbilhão em que se debate nossa pátria; onde a trombeta da mediocridade abala todos os ossos, e desperta todas as ambições; onde tudo está gelado, exceto o egoísmo: tu vais, como uma folha no meio da floresta batida pelos ventos do inverno, e talvez tenhas de perder-te antes de ser ouvido, como um grito no meio da tempestade. Vais; nós te enviamos cheios de amor pela pátria, de entusiasmo por tudo que é grande e de esperanças em Deus e no futuro. (MAGALHÃES, 1859, p.16)

Paralela a essa formação masculina do cânone, encontramos nomes de escritoras como Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), pioneira do feminismo no Brasil e que tem publicado o poema indigenista *A lágrima de um Caeté* e o romance *Dedicação d'uma amiga*, que pode ser considerado o primeiro romance de autoria feminina no Brasil, a escritora argentina Juana Paulo Manso de Noronha que publica em Buenos Aires o folhetim *La familia del comendador*, que tem como cenário o Brasil, onde a autora viveu por alguns anos e fundadora do *Jornal das Senhoras* (1852) e Maria Firmina dos Reis com *Úrsula* (1859), primeiro romance abolicionista de autoria feminina da língua portuguesa.

Faz-se necessário ressaltar que, naquele período, as obras eram pensadas para um público leitor elitizado. Às mulheres brancas era dado esse principal papel, já que a ela somente cabia os afazeres e o entretenimento. Nesse período cresceu o número de mulheres alfabetizadas, devido a formação de colégios femininos, que além de prendas para o sexo frágil aprimoravam, também, o gosto pelas artes e pela literatura.

O romance romântico brasileiro dirigia-se a um público mais restrito que o atual: eram moços e moças providas das classes altas, e, excepcionalmente médias; eram os profissionais liberais das cortes ou os dispersos pela província: eram, enfim, um tipo de leitor à procura de *entretenimento* (BOSI, 1994, p. 128,)

As mulheres se tornaram as grandes consumidoras de romances, sendo a elas ensinado o básico que as instrumentalizassem a ler receitas, orações e folhetins, que se considerava (erroneamente) serem inofensivos. Se a mulher branca já tinha horizonte restrito, muito pior seria a condição para uma mulher negra.

A colônia negligenciava a cultura letrada aos grupos marginalizados, restringindo o acesso a uma elite. Entretanto, algumas condições foram favoráveis para que o povo não permanecesse alheio e refém dos poderosos para entrar nesse meio. As revoltas, principalmente a dos Alfaiates, foram fundamentais nessa abertura de acesso à cultura letrada, pois compartilhavam ideias, livros, manuais e obras que pudessem não somente formar novos leitores, como também novos olhares. No dizer de Florisvaldo Mattos (1974), os revoltosos tinham como propósito atingir não só os alfabetizados, como também os analfabetos.

O Romantismo foi um momento de mudanças na escrita do Brasil, já que a proposta era a consolidação da literatura nacional, que diferenciasse da europeia e assim, uma extensão da postura política em relação à Metrópole. Todavia, diante da exposição acima, é notória que essa literatura fora forjada nos moldes europeus dando continuidade ao pensamento hegemônico. Objetivando atender ao público letrado elitizado, foram deixadas de lado obras, autores e autoras que contrastassem com essa vertente.

1.2 A impossibilidade de uma literatura negra-brasileira e a publicação de Úrsula

Aos 11 de março de 1822, ano da Independência do Brasil, nascia Maria Firmina dos Reis, uma mulher que marcaria o território maranhense e posteriormente todo o Brasil com sua resistência tendo sua escrita como arma na luta por direitos. Ela, mulher mestiça *de*

educação acanhada e sem trato e conversação dos homens ilustres (REIS, 2018, p. 25), nordestina, traria a lume uma obra que viria expor o sistema escravocrata e a complacência de muitos letrados com o discurso explorador.

Nascimento Morais Filho (1975) destaca o valor da autora para o povo maranhense, como símbolo e modelo que as mulheres deveriam imitar na prática do feminismo que Maria Firmina encarnou e prossegue com a seguinte descrição:

Assim, vemo-la despretensiosa, mas convicta, editando livro: O PRIMEIRO LIVRO PUBLICADO POR UMA MULHER MARANHENSE, e ainda um ROMANCE – gênero literário mal visto – (leitura pernicioso – por mais inocente) – por uma sociedade que impunha à mulher aquela sufocante educação portuguesa que Francisco Manuel de Melo, notável clássico seiscentista, prescrevia em “Carta de Guia de Casados”, sentencioso: O melhor é a almofada e o bastidor”!...E mais... um romance onde humanava negro numa sociedade de senhores de escravos! (MORAIS FILHO, 1975, p.19).

Para o estado do Maranhão, mais precisamente na sua cidade de São José dos Guimarães, Maria Firmina era uma figura já em destaque, ativista na educação e nas letras, que dá à mulher maranhense consciência de si, para além do trinômio doméstico: ESPOSA – MÃE – MAESTRA (MORAIS FILHO, 1975).

Diante de uma política excludente e o ensino voltado para um grupo específico, a autora encontrou e seguiu um caminho que poucas mulheres negras conseguiam, acredita-se que a condição financeira de sua tia, com quem foi morar após a morte de sua mãe, segundo Maria Lúcia de Barros Mott (1988), pode ter facilitado seu acesso ao acervo literário e que a influenciou.

Em 1847, Maria Firmina é aprovada em concurso público para a Cadeira de Instrução Primária de Vila de Guimarães, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo em toda província, dedicando-se a partir daí a carreira do magistério e da escrita. Ela também foi primeiro lugar na História da Educação Brasileira, tornando-se mestra régia, funda a primeira escola mista gratuita, além de participar ativamente publicando em jornais (*A Imprensa, Publicador Maranhense, A Verdadeira Marmota, Porto Livre, Eco da Juventude, Seminário Maranhense, O Domingo, O País, Diário do Maranhão, Pacotilha e Federalista*), revista (*A Revista Maranhense*), antologias (*Parnaso Maranhense, O Jardim das Maranhenses*) e primeira mulher negra a fazer um romance negro-brasileiro, *Úrsula*.

Os jornais, nesse período, também eram ferramentas muito usadas pelos editores como forma de vender os livros, através de subscrições tipo de assinaturas que traziam a resenha da obra e que serviam como um acordo de compra e venda entre leitores e os editores.

Sobre o romance *Úrsula* de 18 de fevereiro de 1860 a 17 de setembro de 1862, foram publicados 50 anúncios, sendo que a primeira subscrição foi no dia 17 de outubro de 1857, mesmo ano do romance *O Guarani*, de José de Alencar. Segue a subscrição:

PUBLICAÇÕES PEDIDAS Prospecto — O romance brasileiro que se vai dar ao prelo sob a denominação de — ÚRSULA — é todo filho da imaginação da autora, jovem Maranhense, que soltando as asas à sua imaginação, estreia a sua carreira literária oferecendo ao Ilustrado Público da sua nação as páginas, talvez por demais vazias de um estilo apurado, como o é o do século, mas simples, e os pensamentos, não profundos, mas entranhados de patriotismo. Todo ele ressentido de amor nacional e de uma dedicação extrema à Liberdade. Os personagens da sua obra, não os foi buscar num fato original; a existência desses entes criou-a ela, no correr da mente. A autora simpatiza com o que há de belo nas solidões dos campos, na voz dos bosques e no gemer das selvas, e por isso preferiu tecer os fios do seu romance, melhor que nos salões dourados da corte, nos amenos campos e nas gratas matas do seu país. Recolhida ao seu gabinete a sós consigo mesma, a autora brasileira tem procurado estudar os homens e as coisas, e o fruto desses esforços de sua vontade é: — ÚRSULA —. A donzela, que vai aparecer-vos sob esse nome, vivendo isolada nas solitárias regiões do Norte, não é um desses tipos de esmerada civilização, mas, longe de serem selvagens os seus costumes, Úrsula tinha o cunho de um caráter ingênuo e puro, com o só defeito de ser talvez por demais ardente e apaixonada a sua alma. Constante nos seus afetos, essa donzela não se assemelha a tantas outras mulheres volúveis e inconsequentes que, aprendendo desde o berço a iludir, deslustram o seu sexo, mal compreendendo a missão de paz e de amor de que as incumbiu Deus.

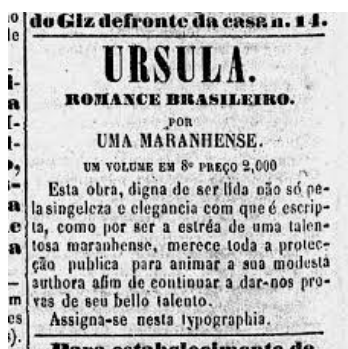
Talvez um amor estremecido e uma prevenção desde o berço, alimentada contra seu tio, o comendador P., lhe dê por um momento os traços de leviandade, mas se atentarmos que Úrsula, no verdor dos anos, arrastada por essas duas paixões imperiosas que tão fatais lhe foram, conservou a pureza de uma alma angélica, confessaremos que a predileta da autora tinha o caráter firme, como sói ser o das almas grandes e virtuosas. Úrsula tinha a imaginação ardente das filhas do Norte, e como elas guardava na alma sentimentos nobres e um afeto e uma dedicação que só o túmulo saberá extinguir. Menos ardente não era o coração do jovem Tancredo — essas duas almas perfeitamente harmonizavam. O comendador invejou tão extrema ventura e lançou absinto no vaso de suas doces esperanças: podia ter sido generoso, mas seu amor era terrível, ele não pôde perdoar. Túlio e Susana representam essa porção do gênero humano tão recomendável pelas suas desditas — O Escravo! —. A autora tem meditado sobre a sorte desses desgraçados entes, tem-lhes escutado as lacrimosas nênias e o gemer saudoso, a recordação de uma vida que já lá passou, mas que era bela nas regiões da África!... É um brado a favor da humanidade — desculpai-a... Subscrive-se para esta obra na tip. [tipografia] do Progresso, do Observador, do Diário [do Maranhão] e do Publicador [Maranhense] — preço por cada exemplar brochado — 2s000rs. O CAIXEIRO D'ALFAIATE (A IMPRENSA, 1857, p. 3).

Ao observar o anúncio, percebemos que o jornal procurava compradores apresentando à população maranhense o novo livro, com um resumo em que revela detalhes sobre a obra, como os personagens, o conjunto das condições em que ocorrem determinadas ações e algumas informações sobre os processos e condições de produção, além do valor do romance.

Somente após três anos da primeira subscrição o romance recebe outras tantas, do ano de 1860 até 1862, circulando por dois anos na imprensa maranhense, o que demonstra uma

boa receptividade, número de leitores e financiadores. Seguem duas subscrições do livro a título de exemplificação:

Figura 1 - Subscrições do jornal A Imprensa, dos meses de fevereiro e agosto do ano de 1860



Fonte: (A IMPRENSA, fev. 1860).



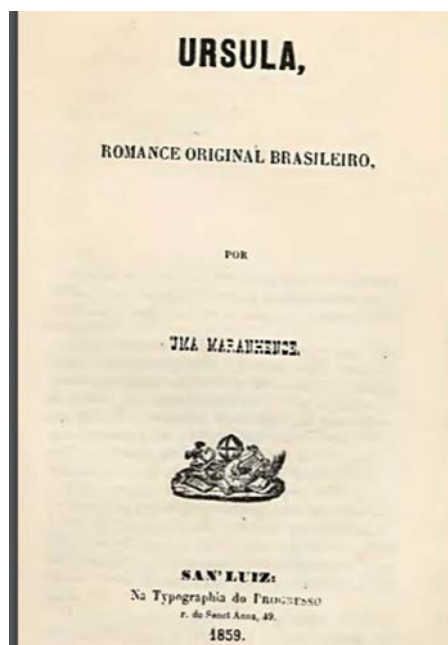
Fonte: (A IMPRENSA, ago. 1860)

O papel dessas subscrições é de grande relevância, tendo em vista o quanto dizem da obra e da autora, já que a continuidade ou não delas era o medidor da importância e receptividade de ambas. Nos dois recortes acima encontramos algumas informações que merecem destaque, a primeira é que a autora não assina seu nome, se identifica apenas como “uma maranhense”, não negando o seu gênero feminino mas ocultando sua identidade. A outra é o destaque dado ao romance brasileiro e original, valorizando seu nacionalismo. Por último o papel dado ao leitor, como parte fundamental nesse processo, já que ele tem por responsabilidade proteger as obras nacionais e deve ter coração sensível e bem formado.

Mesmo com todo destaque da imprensa local e receptividade do povo maranhense, Firmina, filha de uma “mulata forra que foi escrava do Comendador Caetano José Teixeira”, bastarda, sofreu como que amnésia coletiva totalmente esquecida: o nome e a obra (MORAIS FILHO, 1975, p.21), mesmo sendo a primeira mulher negra a publicar no Brasil (SANTOS, 2017).

Somente em 1962, o pesquisador e bibliófilo Horácio de Almeida encontrou em seu acervo o romance *Úrsula*, da edição de 1859. Em 1975 saiu a edição fac-similar com prefácio dele, pela gráfica Olímpica, após 116 anos de esquecimento. Neste ano, o historiador José do Nascimento Morais Filho, conterrâneo da autora, organizou a publicação *Maria Firmina-fragmentos de uma vida* e em 1988 a pesquisadora Luíza Lobo lançou a terceira edição de *Úrsula*. Em 2004 as Editoras Mulheres e PUC Minas publicaram a quarta edição. Em 2009, em comemoração aos seus 150 anos, as Editoras Mulheres e PUC Minas lançaram a quinta edição. (DUARTE, 2018)

Figura 2 - Capa da 1ª edição do romance *Úrsula*



(1ª edição do romance *Úrsula*)

Úrsula é um romance com vinte capítulos, um prólogo e um epílogo, seu narrador heterodiegético apresenta seus personagens Úrsula e Tancredo, D. Luíza B., Comendador Fernando P., Túlio, a preta Suzana e Antero, além de outros personagens construindo a trama.

As relações formadas são basicamente triangulares: os pais de Úrsula e seu tio; Tancredo, o pai e Aurélia; Tancredo, Úrsula e o comendador; Túlio, preta Suzana e Antero. Sempre com algum impedimento que fizesse com que a relação se rompesse com fim trágico.

A escrita firminiana é marcada pela descrições das paisagens, valorização do espaço natural, exagero nas pontuações exclamativas, travessões e ênfase nas emoções dos discursos (ASSIS, 2018). Sua narrativa linear prevalece com alguns *flashbacks* das suas personagens, todavia, as características do Romantismo são preponderantes.

Firmina não foi precursora apenas ao que tange ao gênero feminino, mas também na atenção aos negros, dando aos personagens o lugar que nenhum outro autor havia dado, salientando temáticas conflituosas, acentuando as fragilidades da sociedade burguesa que se construía com alicerces no sistema patriarcal, racista e de grande hipocrisia religiosa.

Ao retomarmos a subscrição do ano de 1857, percebemos o papel revolucionário da obra e da autora desde sua concepção e o seu caráter contra-ideológico, como produtoras de

bens simbólicos e donas da própria escrita, ou no entender de Luiza Lobo, segundo Lima, possuindo “uma enunciação própria e que sabe de que lugar está falando” (LIMA, 2021).

Em um primeiro momento, a subscrição delimita o gênero literário no qual a obra está inserido: romance – *Úrsula* revela nessa descrição sua significância como primeiro romance de uma mulher maranhense e de acordo com o movimento literário vigente, pois mesmo simples é cheio de patriotismo.

Prossegue até a nona linha justificando escrita feminina como simples e mediana, porém exalta seu caráter nacionalista – reafirma os ideias do Romantismo - e a dedicação extrema à Liberdade, que vem em letra maiúscula, que denota interpretações ligadas às variadas reivindicações de liberdade das opressões do seu período em relação a mulher e a população negra, ademais trata-se de um dos pilares da Revolução Francesa (1789), o que deixa claro seu posicionamento. A simplicidade descrita nas primeiras linhas da subscrição também se faz presente no prólogo de *Úrsula*:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. (REIS, 2018, p.25)

Essas marcas, sinalizam que, mesmo depois de dois anos circulando entre a população local, a escritora sabia das limitações impostas pela elite intelectual a pessoas que decorrem do seu gênero e etnia, exigindo dela mais sutileza ao penetrar nesse meio, a voz que fala na subscrição ecoa no prólogo.

Nas outras onze linhas, a narrativa encaminha para uma nova perspectiva sobre a autora, explicita sua criatividade, inspiração e novamente ressalta as características do romantismo presentes na obra. Ela exalta a natureza e não as superficialidades dos salões, valorizando o nacional em detrimento das europeias, fala de seus aposentos como uma referência de intimidade, que podemos entender como uma alusão ao território nacional, como lugar de inspiração e pesquisa, reafirmado no segundo parágrafo do prólogo a valorização regional, também marcada pela exclusividade do uso da língua de seus pais.

Um tom irônico é percebido ao estabelecer a diferença dos lugares reservados a mulheres simples e aos homens ilustrados. Nas entrelinhas ela denuncia uma sociedade burguesa, fútil e descreve seus comportamentos e costumes.

Não é vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio do autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas

conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, 2018, p.25)

Vale salientar a presença do diálogo com o leitor, chamando-o pra perto de forma persuasiva, levando-o a pensar sobre suas próprias atitudes, assim como Machado de Assis, revelando-se uma das suas fortes características, embora Machado interpelasse os/as leitores/leitoras para desconstruir as suas expectativas criadas pelos autores românticos, concedendo-lhes um papel importante nesse processo. Ela antecipa as dúvidas e questionamentos que poderiam surgir e logo responde, vendo o outro como parte fundamental na sua construção, realçando a relação bidimensional no discurso, em que o outro se manifesta no eu e vice-versa.

Então por que o publicas? Perguntará o leitor.

Como uma tentativa, e mais ainda, por este amor materno que não tem limites, que tudo desculpa – os defeitos, os achaques, as deformidades do filho – e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ele em toda parte, mostra-lo a todos os conhecidos e vê-lo minado e acariciado.

O romance, gerou-o a imaginação, e não soube colorir, nem aformosentar. Pobre avezinha silvestre, anda terra a terra, e nem olha para as planuras onde gira a águia.

Mas ainda assim, não o abandoneis na sua humildade e obscuridade, senão morrerá à míngua, sentido e magoado, só afagado pelo carinho materno. (REIS, 2018, p.25)

Firmina novamente convida o/a leitor/a para participar dessa construção e refletir junto a ela sobre as condições de pessoas em posição semelhante a dela. Ela faz um apelo emocional para responder ao leitor o porquê da persistência e existência daquela obra de tão pouca “profundidade e robustez”, estabelecendo uma relação de cumplicidade. Ela retoma o texto da subscrição, como uma continuidade do diálogo estabelecido com leitor, que para a autora permanece fundamental e persiste nessa construção de confiança discursiva.

Percebemos a presença de termos depreciativos relacionados à obra reportados pela autora como uma previsão ou relato de experiência de situações narradas ou sentidas, ao descrever limites, defeitos, deformidades, falta de formosura, como que num pedido para olharem além das exigências estéticas, tanto em relação às mulheres quanto às obras como as dela. Este cuidado se deve ao divisor que tem como viés análises eurocêtricas, situação semelhante quando a autora compara a obra a uma avezinha silvestre, que anda de terra a terra, confirmando a ideia da simplicidade diante das exigências de fora.

Há grande semelhança nas vinte e quatro linhas seguintes da subscrição, em que ela compara a personagem Úrsula aos outros tipos de mulheres e ressalta sua falta de enfeites. É recorrente tanto no prólogo quanto na subscrição, a fala de uma mulher que não é tão urbana, do interior do norte, como uma ave silvestre, ingênua e pura, de alma apaixonada, parecendo

tratar-se do alter ego da autora. Parece ter como missão levar a paz e o amor, além de um caráter firme, como as mulheres do norte que são fortes e nobres. Ao falar da personagem a autora parece falar do livro e dela, que tem vários aspectos que o fazem parecer um livro comum, mas que tem sua missão, força e humanidade.

Ainda seguindo a comparação do prólogo com a subscrição de 1857, traremos mais esses parágrafos:

Ele semelha à donzela, que não é formosa, porque a natureza negou-lhe as graças feminis e que por isso não pode encontrar uma afeição pura, que corresponda ao afeto da su'alma; mas que com o pranto de uma dor sincera e viva, que lhe vem dos seios da alma, onde arde em chamas a mais intensa e abrasadora paixão, e que em balde quer recolher para a corrupção, move ao interesse aquele que a desdenhou e o obriga ao menos a olhá-lo com bondade.

Deixai pois que a minha Úrsula, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem enfeites e louçanias d'arte, caminhe entre vós! (REIS, 2018, p.25-26)

Novamente Maria Firmina dos Reis usa descrições de pouco valor para se referir ao tripé mulher-obra-personagem ao ver de uma sociedade patriarcal e branca, em que a estética feminina deveria estar em sintonia com a europeia e mais, como a beleza da mulher era algo muito mais exigida que no homem, tendo em vista as atribuições que lhes eram conferidas. E essa exigência se estende a sua obra, que vem de uma mulher e negra. Na subscrição, quanto ao personagem Tancredo nada fala sobre sua aparência, entretanto o seu parâmetro de comparação moral é Úrsula, ele é tal qual o coração da menina.

E o prólogo finaliza com o seguinte parágrafo:

Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenhoso, e venha a produzir cousa melhor, ou quando menos sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com a imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós. (REIS, 2018, p.26)

Nas últimas linhas da subscrição temos:

Túlio e Susana representam essa porção do gênero humano tão recomendável pelas suas desditas — O Escravo! —. A autora tem meditado sobre a sorte desses desgraçados entes, tem-lhes escutado as lacrimosas nênias e o gemer saudoso, a recordação de uma vida que já lá passou, mas que era bela nas regiões da África!... É um brado a favor da humanidade — desculpai-a... (A IMPRENSA, 17/10/1857, ano I, número 40, página 3, segunda coluna).

Ao término de ambos encontramos uma narrativa sobre a intenção da autora, que novamente se desculpa por colocar o livro em circulação. Este é visto por muitos como um atrevimento ao querer se colocar em pé de igualdade, questionando o patriarcado e a

exploração dos escravizados, tendo em vista a possível inspiração a outras mulheres ressaltada por ela.

É preciso que observemos esse último trecho da subscrição, em que se fala que a maranhense tem meditado sobre a população escravizada. Aqui ela convoca toda a sociedade daquela época, todos e todas são chamados a refletir sobre suas ações. Deixa claro no prólogo ao falar dos passos duvidosos da obra, pois sabia dos riscos que corria ao assumir tal postura com a publicação de *Úrsula*.

Em meio às revoltas e movimentos abolicionistas, Firmina parecia ganhar fôlego para manter seus pensamentos firmes. Diferentemente dos textos contemporâneos a ela, em que era claro o silenciamento da população negra (CUTI, 2010), ela instrumentaliza a fala negra e feminina. Essa mulher deixava claro sua posição sobre o sistema escravocrata instaurado no Brasil. *Negro não é animal para se andar montado nele!* (fala da autora ao se negar a ir de palanquim no recebimento de uma premiação, indo a pé) (MORAIS FILHO, 1975, p.45)

Junto a isso, a autora publica o conto “A escrava”, que tem como drama a história de uma personagem negra, mulher escravizada e no ano de 1888 Firmina compõe letra e música do “Hino da libertação dos escravos”.

Salve Pátria do Progresso!
Salve! Salve Deus a Igualdade!
Salve! Salve o Sol que raiou hoje,
Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia
Da nefanda Escravidão!
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmão!
(MORAIS FILHO, 1975, p. 207)

Em 1917, Maria Firmina dos Reis veio a falecer, pobre e cega com 95 anos. Diante de todo esse esforço e notoriedade, a maranhense, por carregar consigo as marcas da sua cor e do seu gênero, é colocada em esquecimento por longos anos, sendo excluída na construção historiográfica e canônica da literatura brasileira.

Como exemplos da exclusão da história da Literatura, Alfredo Bosi em seu livro *História concisa da Literatura Brasileira* tem como referência do grupo do maranhão nesse período do século XIX apenas nomes masculinos como: João Francisco Lisboa, Sotero dos Reis e Odorico Mendes. Logo, percebemos o quanto escritores negros sempre tiveram de contar, como qualquer outro artista, com a recepção branca. (CUTI, 2010). Ainda com Cuti:

No Brasil, durante os quatro primeiros séculos, escritores ficaram à mercê das letras lusas. O domínio político e econômica também se refletia no domínio cultural, incluindo a literatura. A crítica obedecia aos pressupostos do padrão de escrever da metrópole e por esse viés valorizava ou desqualificava as obras. (CUTI, 2010, p. 15)

Na perspectiva de busca pela identidade própria e brasileira, as narrativas brancocêntricas eram dominantes, pois não davam espaço para a pluralidade, deixando de lado as contribuições africana, indígena e feminina. Assim, a cena literária brasileira tinha etnia e gênero.

As condições históricas e sociais do país, somadas à ideologia dominante, explicam o ainda primaríssimo estágio da produção intelectual de então que pertenciam exclusivamente a um grupo, desse modo para mulheres, negras e negros e indígenas no Brasil do século XIX seria praticamente impossível a inclusão. Muitos exemplos confirmam a marginalização sistêmica dos povos subalternizados presente na formação literária brasileira, assim como Maria Firmina temos Luiz Gama, Cruz e Sousa e Lima Barreto, que são exemplos do isolamento estético-literário no quesito subjetividade negro-brasileira. (CUTI, 2010)

O papel da mulher era mínimo ou nulo, não havendo espaço nas instituições para esse grupo. Logo, compreende-se a escassez de obras que circulavam entre as academias frutos dessas minorias, entendendo. Segundo Boaventura dos Santos, tratar-se do epistemicídio, que é a exclusão total de todo conhecimento produzido por esse grupo, ação essa que faz parte da afirmação da supremacia masculina e europeia.

A condição feminina no século XIX era, ainda, secundária e às mulheres brancas cabiam consumir, dedicarem-se à religião, casar e parir. Às negras cabia a servidão de sua mão de obra e corpo, a intelectualidade restringia apenas aos homens brancos.

Desde a chegada da Corte ao Brasil tudo se preparava, mas nada de positivo se fizeram em prol da educação das jovens brasileiras. Esta, em 1815, se restringia, como antigamente, a recitar preces de cor e a calcular de memória, sem saber escrever nem fazer as operações. Somente o trabalho de agulha ocupava seus lazes, pois os demais cuidados relativos ao lar são entregues sempre às escravas. (LEITE, 1984, p. 68)

Pensar o lugar da mulher e de negros e negras é trazer à memória da população brasileira um entendimento do devir negro e feminino, já que entender as nossas cultura, formação e identidade passa por revisitar a história e, particularmente o que nos interessa, o século XIX e a origem da construção identitária nacional, que excluiu gênero e etnia do campo principal daquele projeto de Brasil e repensar toda consequência trazida com isso.

A literatura do século XIX, portanto, ainda que não tenha permitido espaço para a reflexão contra-hegemônica naquele momento, acabou realizando-a em obras como *Úrsula* e em autoras como Maria Firmina dos Reis.

Faz-se necessário ressaltar o pensamento do professor e pesquisador Roberto Acízelo (2007), em sua obra *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira* na distinção entre História da Literatura e Historiografia da literatura, que, para ele a primeira pode ser compreendida como “o fenômeno constituído pelos desdobramentos e transformações no tempo de uma entidade chamada Literatura Brasileira”, já a última teria por finalidade designar “o corpo de obras consagradas ao estudo desse fenômeno” (SOUZA, 2007, p.10). Desse modo, a História da Literatura Brasileira lida com o segmento dos estudos literários que concentra suas preocupações em apresentar as origens e o desenvolvimento da Literatura nacional; já a Historiografia da Literatura corresponde ao esforço de estudiosos da área literária que buscaram e, ainda hoje, buscam construir trabalhos de natureza crítica e teórica sobre o tema. É importante ressaltar, ainda, que a diversidade de estudos críticos sobre a Literatura Brasileira corresponde exatamente à multiplicidade de abordagens teóricas que procuram refletir sobre a questão.

O romance *Úrsula* sinaliza ausência de atenção para um certo grupo de autores e obras deixadas tanto pela história da literatura, - que cataloga, canoniza grupos e marginaliza outros, hierarquizando e reafirmando um cânone literário do branco, do rico, do escolarizado, do homem, do heterossexual, dos privilegiados - quanto dos estudos relativos a essas obras canonizadas. E assim, reproduz-se essa ideia de literatura nos manuais de ensino, nos livros didáticos, nas livrarias e conseqüentemente no pensamento coletivo.

Alfredo Bosi inicia o capítulo do seu livro *História concisa da Literatura Brasileira* com uma forte provocação:

O problema das *origens* da nossa literatura não pode formular-se em termos de Europa, onde foi a maturação das grandes nações modernas que condicionou toda a história cultural, mas nos mesmos termos das outras literaturas americanas, isto é, a partir da afirmação de um *complexo colonial* de vida e de pensamento. (BOSI, 1994, p. 11)

Podemos depreender disso, portanto, que existe uma carga colonial que subjuga o Brasil e tudo que o envolve, como a literatura. Para pensarmos e compreendermos a literatura brasileira precisamos saber quais foram seus fundamentos e a partir daí questionarmos os hiatos da sua formação. Ainda segundo o autor a colônia torna-se independente quando passa a ser autora de sua história, para ele “essa passagem fez-se no Brasil por um lento processo de

aculturação do português e do negro à terra e às raças nativas; e fez-se com naturais crises e desequilíbrios” (BOSI, 1994, p.11)

Reacendemos o seguinte questionamento junto ao de Bosi: qual o lugar na história daqueles que estão à margem dela; daqueles que não fazem parte do cânone literário, quem o institui ou os destitui?

Segundo Boaventura Sousa Santos:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. (SANTOS, 2019 p.71)

Para Boaventura, esse comportamento do pensamento moderno abissal, que o mesmo conceitua como epistemicídio, é determinante na formação e perpetuação de um pensamento único: anular, silenciar, apagar todo tipo de produção que não esteja nos padrões da cultura eurocêntrica.

É interessante notar o esforço que a autora desempenha em fazer de *Úrsula* um romance com os moldes da época a fim de fazê-lo aceito, já que exalta a beleza da mulher pura e tem como trama o amor entre dois jovens apaixonados e impedidos de concretizar esse romance. Mesmo utilizando pseudônimos, Firmina esteve anos dissociada do movimento romântico, talvez por ter feito da sua obra instrumento de denúncia e reflexão.

Há, nessa busca da construção de um novo Brasil e independente, além da perpetuação da escravidão e do genocídio da população indígena e negra protagonizada pelos europeus, uma morte simbólica de toda produção e referências desses grupos. Sendo o epistemicídio a representação do racismo na produção intelectual, responsável por negar a capacidade dos povos não brancos de produzir saber.

Úrsula evidencia grupos que não estão nesse meio e proporciona à recepção, a realização de uma das funções básicas da literatura: a catarse (CUTI, 2010). Assim fez Firmina, ao se colocar, e junto a ela, personagens como Túlio, Suzana e Antero narradores de suas próprias histórias, de forma humana, sensível e honesta, donos de uma história, memórias e sentimentos.

Maria Firmina dos Reis, com seu romance *Úrsula*, seguiu o mesmo diapasão branco-brasileiro na abordagem das cenas da escravidão: o flagelo e sua consequente comiseração. Entretanto, a inauguradora feminina do romance brasileiro não deixou

de transferir para suas personagens escravizadas a perspectiva de um “eu” narrador negro-brasileiro que ela não pode trazer para o primeiro plano. Úrsula não tem como personagens centrais os escravizados. Estes, bem como sua saga, restam como pano de fundo para um romance entre brancos. Coadjuvante, a personagem Túlio surge para salvar da morte o protagonista branco. A sua descrição humaniza-o. (CUTI, 2010, p.78)

Para Eduardo de Assis, responsável pelo prefácio da edição de 2018 do romance, o negro neste romance é narrado como parâmetro de elevação moral e é aquele que tem suas memórias narradas, valorizadas e preservadas e faz referência ao seguinte trecho:

-Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus, mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade!...ah! Eu a gozei na minha mocidade! – Continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa honra matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. (REIS, 2018, p.101-102)

Míriam Moreira Leite, em sua compilação de relatos sobre a condição da mulher do século XIX diz:

Nas classes que habitualmente denominamos de esclarecidas, existem pessoas que após tantas provas de destreza e de inteligência dadas pelos negros, ainda os colocam tanto abaixo dos brancos, que mal os consideram como uma transição entre o macaco e o homem... São mantidos de propósito numa espécie de infância, segundo velho hábito dos Estados despóticos, pois o despertar desse povo oprimido poderia ser terrível. (LEITE, 1984, p. 71)

A narrativa inaugurada por Firmina é a marca de ruptura do pensamento abissal desumanizado dado à população negra e à mulher, não apenas porque ela retrata os sentimentos e memórias silenciadas, mas também porque aponta para a possibilidade de uma outra forma de construir literatura, a possibilidade de uma escrita mais próxima da vida de leitores excluídos. Quando a autora caracteriza sua obra como avezinha silvestre, sem formosura e outras características que denotam desprezo, fragilidade, ela se aproxima daquele público esquecido e mostra que há, mesmo que correndo riscos, um entre-lugar cheio de possibilidades.

2 O PROTAGONISMO NEGRO EM MARIA FIRMINA DOS REIS

2.1 Estratégias narrativas da margem

Como já observado no capítulo anterior, Maria Firmina dos Reis pode ser vista como um símbolo de alguém que sofreu triplamente preconceito ao longo da história literária, quais sejam: gênero, raça e geográfico. Reflexo de um país explorador construído sobre códigos e leis que estimulam a segregação e a supremacia de um grupo.

O século XIX é marcado por um crescimento desigual sob o ponto de vista econômico, geográfico, educacional e cultural. É neste contexto que Firmina se destaca e publica o romance *Úrsula* (1859), diante de uma sociedade hierarquizada e excludente, que legava somente aos homens brancos os benefícios dos direitos civis básicos. Baseado numa ideologia etnocêntrica, o novo país, com o crivo da igreja e da ciência, pregava a superioridade do homem branco, que objetivava a manutenção do sistema escravista e acentuava a marginalização do povo pobre.

Heloísa Toller Gomes, em seu livro *As marcas da escravidão* (1994), atribui ao tripé: religião, política e literatura, no discurso oitocentista, o delineamento específico dos modos de ser, e de forma muito marcante, a problemática questão das relações inter-raciais. Esses sustentáculos de poder se manifestam e desdobram em forma de opressão e segregação ao longo de toda história. Na religião, a imposição de uma outra fé e a negação de todas as outras que sejam diferentes e os que a cultuam; na política lhes são negados os direitos; e na literatura omitem sua produção, lhes estereotipificam e negam sua participação. Ainda segundo Gomes, o negro esteve fora de todo processo de democratização dos direitos civis e garantias sociais.

Aquele tratamento dado à população marginalizada carrega as marcas da escravidão ainda hoje, tanto no comportamento quanto no relacionamento com o diferente (GOMES,1994). É sacramentado por anos o vasto papel periférico dado a esses grupos subalternizados, que eram restringidos e determinados por outros que detinham os aparelhos de poder.

A mulher do século XIX mal tinha acesso à escolarização, visto que os conteúdos eram diferentes para meninos e meninas. Os negros eram proibidos de estudar durante anos e a intelectualidade estava basicamente fixada na região Sudeste.

A primeira lei educacional brasileira, de 15 de outubro de 1827, que dá início à criação das escolas de primeiras letras, relega ainda mais a população negra, tendo em vista a proibição de seu acesso. No que tange ao espaço dado à mulher branca, é limitado e negado estudos em outras áreas restritas ao público masculino, tais como a matemática. Os critérios estabelecidos privilegiavam ainda mais um certo público e região. Vejamos alguns artigos:

Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Art. 8º Só serão admitidos à oposição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conduta.

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º (BRASIL, 1827).

Este primeiro decreto de criação e regulamentação do ensino primário sofreu poucos ajustes e perdurou até 1946. As leis seguintes não foram diferentes na exclusão de grupos marginalizados, pelo contrário, fortaleciam a elite intelectual. Somente em 1879, com a reforma de Leôncio de Carvalho, foi proposto o fim da proibição da entrada de escravos nas escolas, mas pouco durou (SANTOS, 2017).

Em 1850 foi decretado o fim do tráfico internacional de escravos no Brasil, o que não impediu que continuasse, de forma clandestina, a chegada de negros e negras oriundos do continente africano (SANTOS, 2017). Muitas falácias foram construídas a respeito da submissão extrema do povo negro. Entretanto, em todo espaço e modo de vida havia resistência escrava, se uniam cada vez mais, a fim de promover a libertação de todos e todas. As organizações e religião foram os principais elos de agregação, juntamente com a capoeira, danças e festas.

Os cativos e os alforriados que seguiram a religião católica e os que mantiveram sua crença nos deuses e entidades africanas encontraram na fé a força de que precisavam para suportar a vida em cativeiro, criando redes de solidariedade que almejavam a sonhada liberdade (SANTOS, 2017, p. 208).

No que se refere à condição da mulher, observamos que era também de exclusão, dada a sociedade patriarcal constituída. Neste sentido, casavam cedo as mulheres brancas e as escravas eram abusadas e muitas, forçosamente, se tornavam amantes. A maioria das meninas estudavam dos sete aos quatorze anos, algumas tinham seus estudos prolongados até os dezoito por escolha dos pais e outras enviadas para o exterior.

Isto, aliás fazia parte do sistema declarado; estava assentado que o saber ler para elas não devia ir além do livro de rezas, pois isso lhes seria inútil, nem tampouco se desejava que escrevessem a fim de não fizessem, como sabiamente se observava, um mau uso dessa arte (LEITE, 1984, p. 68).

Às mulheres brancas era delegada a função de prendas e estudos religiosos. Somente em 1816 que algumas puderam ter aulas particulares de noções de língua nacional, aritmética, religião, bordados e costura. A educação familiar das crianças era de responsabilidade das escravas, sendo que as meninas eram deixadas em casa, praticamente, até o dia de seu casamento. A moça prendada era aquela que sabia francês, música, bordado, crochê e até mesmo descascar laranja (LEITE, 1984).

Em relação às mulheres negras, o ato de ler e escrever era algo impensado e inacessível, pois a educação a elas conferida era sempre voltada para os trabalhos manuais, braçais e de doutrinação religiosa.

A dona da casa nos levou a visitar, certa manhã, os diversos locais de trabalho. O que mais nos interessou foi a sala em que as meninas aprendem costura [...]. Aqui todas as meninas aprendem a costura muito bem e muitas delas bordam e fazem rendas com perfeição (LEITE, 1984, p. 73-74).

Mesmo diante da conjuntura etnocêntrica que se estabelecia no Brasil, várias foram as ações de resistência. Estas se davam através de publicações em jornais, livros, ocupação de cargos e instituições de ensino, marchas e revoltas. Apenas na Constituição de 1934 foi consagrado o princípio da igualdade de gênero e na de 1988 a prática do racismo considerada crime, após 488 anos da abolição (SANTOS, 2017)

Diante do exposto, entendemos as desvantagens e a necessidade que vozes surjam e que erros sejam reparados, afinal, são anos de privação de liberdade, vida e de acesso aos mesmos direitos que os homens brancos.

Um ano após a Independência do Brasil, o censo identificou contingente populacional de 75% de negros em relação ao número de portugueses e outros europeus, que viviam à margem da sociedade sem acesso a bens culturais ou à instrução. Desse modo, não produziram literatura escrita, nem poderiam, durante muito tempo, legitimar a própria história. Essa grande porcentagem populacional era

invisibilizada e só poderia constar, nas obras contemporâneas à *Úrsula*, como personagens caricatos, distanciados da própria experiência de vida a qual, para a maioria, tinha se iniciado nos navios negreiros (LIMA, 2019).

As vozes, como as de Firmina, que surgem como gritos de denúncias, alertas e pedidos de socorro, ecoam há séculos e sofrem tentativas de emudecimento, tratando-as como inferiores. Personalidades femininas e negras estiveram em várias esferas e sua resistência sempre foi minimizada com discursos de convivência cordial, que tentaram pregar uma democracia racial e de gênero que nunca existiram.

Constância Lima Duarte (1997) ressalta que o esquecimento dos trabalhos literários escritos por mulheres e a análise destes como textos de menor qualidade estão relacionados aos contextos histórico/sociais que construíram um ideal de mulher subalternizado. Eduardo de Assis destaca a relevância de Firmina como aquela que se apropria do discurso cristão para condenar o sistema patriarcal e escravista como responsável pela opressão da mulher e do negro (DUARTE, 2014). Ynaê dos Santos (2017) também relata a importância de escritores e escritoras negras que denunciaram a escravidão.

Silviano Santiago, em seu livro *Uma literatura dos trópicos* (1978), nos apresenta o conceito do entre-lugar. Através da ideia de possibilidades estratégicas de produção de temas incompatíveis ou de abordagens diferentes de um mesmo tema, existe aquele lugar vazio em meio a discussões dicotômica: a submissão/agressão, obediência/rebelião, assimilação/expressão. Nesta perspectiva, entendemos a obra *Úrsula* como ocupante do entre-lugar, visto que tematiza o negro e a mulher numa perspectiva da ecologia dos saberes em um conjunto epistemológico plural (SANTOS, 2016).

2.2 Túlio, Suzana e Antero – das margens ao centro

O romance tem como cenário principal a casa de D. Luísa B., viúva e acamada, cuidada principalmente por sua filha Úrsula. Não fica muito claro sobre a posição e situação financeira da família, embora pareça tratar-se de uma casa de oligarquia falida, por conta do pai de Úrsula fazer uso do dinheiro da viúva de forma irresponsável, deixando para elas apenas a herança das suas inconseqüências.

Elas têm vida simples, com alguns escravos responsáveis pelos afazeres domésticos e braçais, que formam cenários aparentemente secundários ao principal, mas que ao longo do

romance se deslocam para papéis de destaque. A casa de D. Luísa B. se apresenta como lugar de diferenciação da estrutura hierárquica da época, já que se trata de uma casa regida por mulheres e que não a conduz através da força bruta, nem tão pouco animalizam os negros que ali estão.

Outro dado importante a considerar em *Úrsula* é o fato da heroína romântica branca sinalizar, em várias passagens, a opressão contra as mulheres naquela sociedade, não muito distanciada da cena brasileira colonial, na qual o seu pai maltratava os escravizados e oprimia a sua família. Após a morte do senhor de engenho, Úrsula, Dona Luisa, Túlio e Susana puderam estabelecer bases mais afetivas, irmanados como os que estão à margem da sociedade patriarcal, no mesmo patamar de exclusão (LIMA, 2021).

Mesmo estabelecendo uma relação mais afetuosa e generosa com seus escravizados, por serem senhoras que destoavam das ações cruéis dos homens brancos de sua época, tais como o comendador, a situação não era confortável, pois ainda assim tratava-se de um lugar que não os pertencia. Percebemos isto ao longo de toda narrativa cheia de questionamentos e tristezas do jovem Túlio. No momento de sua alforria conquistada com a ajuda de Tancredo isso se torna mais evidente no diálogo com a preta Susana.

A senhora Luísa B.... foi para mim boa e caridosa, o céu lhe pague o bem que me fez, que eu nunca me esquecerei de que poupou-me os mais acerbos desgostos da escravidão, mas quanto ao jovem cavaleiro, é bem diverso o meu sentir; sim, bem diverso. Não troco cativo por cativo, oh não! Troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade! (REIS, 2018, p. 101).

Os escravos que ganham destaque na trama são Túlio, o jovem que resgata Tancredo na estrada e recebe alforria como forma de gratidão, Suzana, senhora que cuida da casa e responsável pela criação de Túlio; e ainda o velho Antero, escravizado pelo comendador, senhor de idade mais avançada e alcoólatra. Essa tríade ganha força na história e inaugura uma narrativa humanizada e de denúncia nessa relação construída com os povos escravizados.

Túlio tem sua aparição logo no primeiro capítulo, que tem como título *Duas Almas Generosas*, fazendo referência à construção moral e caráter de Túlio e Tancredo. Esse último é um homem frustrado de um relacionamento anterior, que, devido a traição de sua noiva com seu pai, foge e se acidenta durante o trajeto. O primeiro trata-se da pessoa que o resgata Tancredo e leva-o à casa de D. Luísa e Úrsula.

Não podemos esquecer a influência católica na narrativa e na vida de Firmina, pois isto é logo evidenciado na enunciação e na mística que envolvem as histórias. A passagem desse capítulo se assemelha à história contada por Jesus na bíblia cristã que tem por título *O bom Samaritano* (pequeno grupo étnico-religioso), povo com o qual os judeus não mantinham

boas relações e não os via como judeus e sim como inimigos, reafirmando o papel de denúncia através do próprio discurso cristão.

Esta passagem é narrada no livro de Lucas, no capítulo dez, em um episódio de Jesus sendo interpelado por um ouvinte de como herdar a vida eterna. Em resposta, segundo o narrador, ele diz ser necessário amar o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma, de todas as suas forças e de todo o seu entendimento e ao seu próximo como a si mesmo (BÍBLIA, 1992, p. 1.327) e dá continuidade contando a parábola, após persistirem indagações sobre quem seria esse próximo.

Um homem descia de Jerusalém para Jericó, quando caiu nas mãos de assaltantes. Estes lhe tiraram as roupas, espancaram-no e se foram, deixando-o quase morto. Aconteceu estar descendo pela mesma estrada um sacerdote. Quando viu o homem, passou pelo outro lado. E assim também um levita; quando chegou ao lugar e o viu, passou pelo outro lado. Mas um samaritano, estando de viagem, chegou onde se encontrava o homem e, quando o viu, teve piedade dele. Aproximou-se, enfaixou-lhe as feridas, derramando nelas vinho e óleo. Depois colocou-o sobre o seu próprio animal, levou-o para uma hospedaria e cuidou dele. No dia seguinte, deu dois denários ao hospedeiro e lhe disse: 'Cuide dele. Quando eu voltar lhe pagarei todas as despesas que você tiver' (BÍBLIA, 1992, p. 1.327-1.328).

No romance, a cena é análoga à parábola, visto que Túlio se assemelha ao samaritano e Tancredo ao judeu, sendo que os samaritanos se constituíam um povo que habitava no mesmo território que os judeus, subestimado e explorado por estes, assim como a relação europeu-africano.

Logo no início da descrição Túlio tem a seguinte aparição narrada: um ponto negro no extremo horizonte. Desde logo, a Túlio é dada uma função e uma perspectiva: a de horizonte. Em seguida, o enredo prossegue com a descrição das ações, o que tinha nas mãos e que estava à procura de água, até encontrar Tancredo caído, agonizando e seu coração tocou-lhe piedoso interesse (REIS).

Um olhar mais desatento pensaria se tratar de um encontro trivial, insignificante, ou apenas uma ponte para um possível objetivo do enredo, unir o casal Úrsula e Tancredo. Contudo, após esmiuçarmos tudo a cena que compõe a obra, podemos dizer que logo de início entendemos que o negro desempenha um papel de maior e extrema relevância na trama.

Diante da situação na qual se encontrava Tancredo, Túlio sentiu-se responsável e desejoso de cuidar dele, assim, podemos perceber isto a partir do seguinte trecho:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a natureza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam

resfriar, em balde – dissemos – se revoltava; porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco! (REIS, 2018, p. 32).

Mbembe, em seu livro *Crítica da razão negra* (2018), nos atenta para carga semântica que os termos negro e África carregam ao longo de toda era moderna, sempre sendo associados a uma visão de humanidade à parte, execrada, dos dejetos humanos. Diferentemente de toda essa versão construída, Firmina propõe um outro olhar, garantindo-lhes o papel de contadores de sua própria história. No trecho destacado acima primeiramente diz respeito à humanidade, as características físicas e morais do jovem que precedem a narrativa que marca o sujeito étnico.

As marcas desse sujeito e seu posicionamento diante da escravidão vão sendo revelados. Ele resgata sua origem ao evidenciar o elo de ligação que o sangue africano representa entre seu lugar de origem, que vê raízes, e o lugar de passagem, que se torna fixo, decorrente da diáspora negra – a captura, a travessia, a chegada – ao novo ambiente e consequente adaptação.

Na narrativa firminiana, a apresentação do personagem resgata sua identidade a cada palavra e expressão, seja de sujeito histórico, psicológico, social e humano, antes mesmo da arqueologia de sentidos que o termo negro se construiu (MBEMBE, 2018).

Como ressaltado anteriormente, percebemos a presença do discurso religioso proferido tanto pelos personagens brancos quanto negros. No recorte abaixo, Túlio cita o mesmo trecho que Jesus pronuncia antes de contar a parábola e evoca a morte como única esperança para quem é escravo.

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama ao teu próximo como a ti mesmo -, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... Àquele que também era livre em seu país... aquele que é seu irmão? (REIS, 2018, p. 32).

Muitos escravos acreditavam que, depois da morte, a alma retornava à sua terra natal e assim encontraria as almas de todos os seus antepassados (SANTOS, 2017). Túlio também se apropria do discurso cristão, que dava total respaldo ao sistema escravista, juntamente com a ciência que reafirmava a ideia da inferioridade negra e o questiona com outra narrativa, a de que brancos e negros são “semelhantes” e “irmãos”, filhos do mesmo criador (DUARTE, 2014).

Sua *praxe* cristã é colocada à prova durante a trama comprovando seu caráter e contrapondo à hipocrisia religiosa. Ele acode o jovem ferido, lhe dá água e continua na sua esmerada tarefa de cuidar do próximo.

Nos chama a atenção na referida cena a ressalva do narrador quando põe em relevo a timidez do jovem negro – com acanhamento, que a escravidão gerava (REIS, 2018) – nos conduz a uma retomada do prólogo e da subscrição de apresentação do romance, em que é, por diversas vezes, sinalizado um certo acanhamento na fala de Firmina, que assim como na voz de Túlio, surge como forma de denúncia do papel subalterno dado à população feminina e negra.

Nesse comportamento, que se repete e é explicitado tanto pela autora quanto por seus personagens, fica evidenciada a subalternização inconsciente do negro nas vozes de quem fala, a denúncia feita dos tormentos e perturbações advindas da opressão que são subjugados os negros e a construção do que é ser negro. Frantz Fanon (1940) descreve esses indivíduos humilhados como aqueles que se veem em frequente situação de infinitas injúrias, estupros e incontáveis feridas.

Além do acanhamento, a narrativa relata várias ações e características que confirmam a postura de quem é colocado em condição de inferioridade constante, tais como: fiel e humilde hábito do escravo, braços cruzados sobre o peito e cabeça baixa, ajoelhado perante Tancredo, dentre outros, como forma de denúncia e a não naturalização e estigmas dados a essa população subalternizada.

No olhar de Mbembe, tais atitudes são sequelas dos atributos dados ao negro como construção ideológica:

[...] é um “negro” aquele que não pode olhar diretamente o outro nos olhos. É um “negro” aquele que, encurralado contra uma parede sem porta, ainda assim acredita que tudo acabará por se abrir. Ele então bate, suplica e bate de novo, na esperança de que lhe abram a porta que não existe. Muitos acabam por se acomodar a essa realidade e por se reconhecer como sina que o nome lhes impingiu (MBEMBE, 2018, p. 264).

Ao encontro e à descrição de Túlio são dedicadas várias páginas do romance. Entretanto, queremos realçar o trecho em que a ele é colocado como parâmetro de elevação moral, diferentemente de toda narrativa construída sobre esses indivíduos e a própria crença que eles mesmos carregam devido a razão elaborada acerca do ser negro:

Apesar da febre, que despontava, o cavaleiro começava a coordenar suas ideias, e as expressões do escravo, e os serviços que lhe prestara, tocaram-lhe o mais fundo do coração. É que em seu coração ardiam sentimentos tão nobres e generosos como os que animavam a alma do jovem negro [...] (REIS, 2018, p. 34).

Aqui a perspectiva do homem branco Tancredo é colocada sob outra ótica, semelhante à subscrição em que a comparação se dá com a personagem feminina Úrsula. Nesse trecho

quem é o exemplo comparativo é Túlio, que nos conduz a uma busca de compreensão nessa mensagem emitida, já que isso nos remete mais uma vez à recolocação das pessoas marginalizadas feita por Firmina. Enquanto a maioria intelectual concordava com a ideia da superioridade congênita da chamada raça branca e patriarcal, o livro introduz protagonismo da mulher e do negro desde a sua origem (CUTI, 2010).

Diante dessa cortina de fumaça do século XIX, da prevalência do discurso de construção de nação, formada apenas por homens brancos, Maria Firmina introduz uma outra concepção de nacionalismo, aquele que incluía todos e todas de forma humanitária.

As marcas da escravidão ficam registradas e reaparecem como denúncia ao protagonizar e retratar no comportamento da pessoa escravizada toda sua seqüela. Recuperamos o momento em que Túlio consegue sua liberdade, tendo sua alforria comprada pelo jovem Tancredo, que em forma de gratidão resolve dedicar seus dias a segui-lo, deixando claro que para ele sua identidade ainda estava atrelada a um senhor e tudo o que sabia sobre si, era o reflexo do que o seu dono lhe imputara.

Tinha-se *alforriado*. O generoso mancebo assim que entrou em convalescença dera-lhe dinheiro correspondente ao seu *valor como gênero*, dizendo-lhe:
- Recebe, meu amigo, este pequeno presente que te faço, e compra com ele a tua liberdade.
Túlio obteve pois por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes. Era livre como o ar, como o haviam sido seus pais lá nesses adustos sertões da África; e como se fora a sombra de seu jovem protetor, estava disposto a segui-lo por toda parte (REIS, 2018, p. 47).

Há neste trecho uma sinalização da liberdade castrada, pois, mesmo que alforriados, diante da diáspora do negro escravizado, era um servo, acorrentado e preso. Logo, a ideia de liberdade era restrita e nebulosa, retomando Mbembe (2018) onde descreve o ser negro como aquele que demonstra carregar um significado determinado por outros que não são eles e isso diz sua posição na sociedade, o que pode ou não fazer.

A resignificação do termo negro e toda razão construída sobre ele é feita por Firmina constantemente. Desde o momento em que se coloca num espaço inacessível, tira essa população do lugar da indiferenciação e busca recuperar a fala e voz dos amordaçados e colocá-los em um espaço na sociedade.

Os próximos capítulos, até o nono, abordam a chegada do jovem Tancredo na casa de Luísa B., o encontro dele e a paixão repentina por Úrsula, também é retomado o passado sobre a história dele e Adelaide.

O nono capítulo que tem como título *A preta Susana*, deixa claro o teor de seu texto em que dá à personagem negra características e lugar que não haviam estado. Ele inicia com o momento em que Túlio vai até ela para a despedida, pois iria embora com Tancredo.

E aí havia uma mulher escrava, e negra como ele; mas boa e compassiva, que lhe serviu de mãe enquanto lhe sorriu essa idade lisonjeira e feliz, única na vida do homem que se gera no coração com caracteres de amor – única, cuja recordação nos apraz, e em que...

Susana, chamava-se ela, trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras e descarnadas como todo o seu corpo: na cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs (REIS, 2018, p. 99).

Esta é a primeira aparição da preta Susana no romance. Pela descrição conseguimos imaginar afetivamente a personagem por meio da descrição de suas vestimentas, suas características físicas. Percebemos também que, assim como Túlio, os aspectos morais estão associados a ela como exemplo de bondade, generosidade e espiritualidade.

Vale retomar o filósofo camaronês Mbembe (2014), que destaca os múltiplos sentidos que a palavra *negro* carrega consigo. O termo em destaque não se refere apenas à pigmentação da pele, mas a todos os sentidos que lhe foi dado, em um conjunto de narrativas místicas, filosóficas e até mesmo científicas voltadas para a construção de um saber que estabelece um paradigma de submissão. A narrativa da coisificação e de degradação desses sujeitos objetiva o seu silenciamento e invisibilidade, os tornando seres incapazes de identidade própria e autonomia, já que também remete a uma relação de submissão, na qual só existe o negro porque existe um senhor.

Como exemplificação, retomamos o trecho do romance em que Túlio recebe sua alforria, momento em que podemos entender o porquê dele estabelecer suas relações através da sua subordinação. É notório quando ele recebe sua liberdade e oferece a Tancredo seus serviços como forma de gratidão, que ele reafirma uma identidade estritamente servil e dependente, percebemos isso através da narrativa da autora sob uma nova perspectiva do ser negro

E é através da fala de Túlio e Susana que percebemos o quanto era penosa e dolorosa a vida de um sujeito escravizado. A liberdade que Túlio enxergava era diferente da de Suzana, que já fora livre verdadeiramente em seu país.

Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade! – Continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí

respira amor, eu corria as descamadas e arenosas praias, e aí como minhas jovens companheiras, brincando alegres, com um sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, com quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma... E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade (REIS, 2018, p. 102).

As reminiscências fragmentadas narradas pela preta Susana são formas de reviver o momento de plena liberdade e alegria de sua juventude e a manutenção da sua ligação com o seu povo, costumes e nação. Ela faz isso numa espécie de mosaico, selecionando suas memórias: as que devem ser lembradas e as que devem ser esquecidas.

A narração, portanto, instrumentaliza essa forma de exteriorizar as experiências que ficam marcadas em nossa memória individual e coletiva. Relampeja no momento de um perigo e isso se fez presente na voz da mulher preta e escravizada (BENJAMIN, 1987).

As memórias aqui se manifestam junto a um conjunto de sensações: dor, tristeza, realidades, compreensões e perspectivas. Por vezes tenta se colocar em um lugar de esquecimento, a fim de substituir por algum momento que esteja vivendo no presente.

Ah! Pelo céu! – Exclamou o jovem negro enternecido – sim, pelo céu, para que essas recordações?
Não matam, meu filho. Se matassem, há muito que morreria, pois comigo todas as horas (REIS, 2018, p. 102).

Maurice Halbwachs (2013) quem desenvolveu e cunhou o termo memória coletiva, e a define como base para a memória individual. Esta última, seria um ponto de vista, uma experiência pessoal que se manifesta a partir das memórias compartilhadas por seus pares, que permite situar a singularidade de uma vida no contexto da experiência histórica mais ampla. Na narrativa de Suzana percebemos a memória individual como parte da memória coletiva. A sua perspectiva enquanto mulher livre em seu território de origem convocam Túlio para o fortalecimento da irmandade negra através das suas histórias e apego à nação, com apelo à memória coletiva, não permitindo que ele esqueça seu território de origem e condição de escravo.

Esse compartilhamento retomado da memória coletiva é o que não permite que Túlio caia no esquecimento. Suzana convoca Túlio ao seu lugar de histórias, como testemunha e responsável pelas memórias do seu grupo.

Suzana dá prosseguimento à sua narrativa contando detalhes da crueldade, do navio negro e condição que foram submetidos. Aqui inaugura-se a narrativa da captura, escravização de africanos e o porão do navio negro

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de leva-los à sepultura asfixiados e famintos!

Muitos não deixavam chegar a esse último extremo – davam-se à morte.

Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que esaldou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim.

A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades.

Não sei como resisti – é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam. (REIS, 2018, p. 103).

O trecho acima transcrito revela detalhes do momento vivido por Susana, desde sua captura até seu enclausuramento no navio que tinha como destino o Brasil. Essa narrativa inaugural se dá em primeira pessoa, pelo próprio sujeito que experimenta o trauma. A reprodução das lembranças faz parte da construção de identidade do sujeito histórico e de sua memória social, já que logo seu discurso sai do eu para o nós e se manifesta de forma imperativa e inegável. Todavia, pensar em lembranças traumáticas e como a literatura atua nessa recordação e narrativa é um papel que demanda reflexões.

Essa narrativa da morte e dor é feita no momento em que o jovem Tulio fala de sua liberdade. Suzana relativiza essa liberdade no momento em que traz seu relato como testemunho de quem viveu a liberdade e a dor de perdê-la.

Traremos para esta análise o psicólogo Martin Seligmann e a fala de Susana, no momento em que não entende como suportou a tortura, atribuindo a Deus e ao seu poder o fato de aguentar o momento.

O que é o trauma? O trauma é justamente uma ferida na memória. O trauma, para Freud, é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento transbordante, ou seja, como no caso do sublime, trata-se aqui também da incapacidade de recepção de um evento que vai além dos “limites” na nossa percepção e torna-se para nós algo sem forma. Essa vivência leva posteriormente a uma compulsão à repetição da cena traumática (SELIGMANN, 2000, p. 84).

Os traumas presentes no romance trazem à tona episódios marcados por dores, perdas e morte. Situações que surgem em toda trama, de forma traumática, dada a importância que a narrativa memorialista pode ser, como um instrumento de não esquecimento da história, da tentativa de compreensão do episódio, mesmo que este pareça incompreensível.

Aqui encontramos na voz da escravizada um gesto político que repudia a escravidão. Ela também leva o leitor a pensar quem é o verdadeiro bárbaro da história contada ao questionar a lógica reproduzida, que busca justificar as atitudes desumanas contra os africanos.

Em seguida, conheceremos o outro personagem negro, importantíssimo para a composição dessa tríade, Antero. Escravo e responsável por guardar a casa do comendador Fernando, Antero tem como único defeito o exagero com a bebida (REIS). Aparece em apenas um capítulo, quando Túlio se torna prisioneiro na casa do comendador e é ele o responsável por garantir que o prisioneiro continue lá.

Os primeiros parágrafos descrevem o desespero de Túlio na prisão, a angústia do cativo que tomava conta dele e a impossibilidade de ajudar o casal em apuros, pois o comendador estava à caça deles e de qualquer um que os ajudasse. Antero é colocado como aquele que compartilha do sofrimento do prisioneiro, embora estivesse do lado de fora dessa prisão física: Antero, que também sofria (REIS).

Esse senhor é a representação de uma outra face. Diferente de Túlio, é um sujeito que não possui autoestima e sai da idealização do homem bom e do mau, rejeitando o discurso maniqueísta que muitas vezes está presente em muitas narrativas românticas.

O velho Antero é aquele que se vende, que faz papel de vigia e que apela sempre à bebida como uma fuga que o fizesse esquecer de algo.

O velho esteve por algum tempo recolhido em si mesmo; depois levantou-se, pegou de uma cuia e tratou de lançar-lhe dentro o que quer que era que estava em uma cabeça. Mas essa estava completamente vazia. Antero arremessou-a para longe de si com certo ar de desprezo, suspirou, e depois disse:
- Maldito vício é este! E que não possa eu vencer semelhante desejo! (REIS, 2018, p. 166).

Aqui Firmina coroa a tríade das personagens negras, utilizando novamente a literatura como lugar de memória e denúncia das diversas consequências trazidas por esse sistema cruel, tais como: a negação, a inferiorização, a infra-humanização, o epistemicídio, o alcoolismo, dentre muitas outras.

Pois bem, - continuou o velho – no meu tempo bebia muitas vezes, embriagava-me, e ninguém me lançava isso em rosto; porque para sustentar meu vício não me faltavam meios. Trabalhava, e trabalhava muito, o dinheiro era meu, não o esmolei... - Pois ouça-me senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana, que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca, e bebe. Oh! Lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira (REIS, 2018, p. 167).

É de grande relevância analisarmos o primeiro parágrafo supracitado, em que Antero descreve sua juventude cheia de diversão, recebendo o pagamento pelo seu trabalho e o dinheiro era seu. A figura do velho Antero nos impulsiona a entender várias mensagens, dentre elas que a cachaça representa a ligação entre seu passado e sua origem, quando bebê-la o faria esquecer do presente e reviver o passado, novamente a memória coletiva é recorrida para o não esquecimento.

Maria Firmina dos Reis evidentemente traz uma contribuição definitiva para a literatura abolicionista: ela representa um ponto de vista de oposição à tendência geral, dotando o negro de um padrão mental próprio dentro do cenário do Novo Mundo. Isto significa uma revolução na representação do outro e na representação da autoridade. Não só o outro passa a ter um “eu”, como também passa a se expressar de modo próprio. Quando Mãe Susana e Antero exprimem as suas reminiscências, estão ao mesmo tempo se auto-representando. Noutras palavras, não só se mostram, como se demonstram (LIMA, 2019).

As personagens negras e negros, e femininas, presentes nessa obra, são como remexer os escombros da história, em que as pedras do indiferentismo, exploração, negação e mortes se deslocam do lugar seguro e rolam em meio a sociedade, gerando incômodo.

3 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS PARA O LEGADO DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Iniciamos esse capítulo com a provocação do crítico Silviano Santiago em seu texto *O entre-lugar do discurso latino-americano*, momento em que ele pergunta:

Como o crítico deve apresentar hoje o complexo sistema de obras explicado até o presente por um método tradicional e reacionário cuja a única originalidade é o estudo das fontes e das influências? Qual seria a atitude do artista de um país em evidente inferioridade econômica com a cultura ocidental, a cultura da metrópole e finalmente a cultura de seu próprio país? (SANTIAGO, 2000, p. 17).

Silviano resgata, com esse questionamento, pontos necessários a nossa discussão, principalmente ao que se refere à formação canônica, o lugar do discurso periférico, originalidade e o lugar do leitor. Para ele, os métodos se mostraram deficitários, já que pela tradição, ainda prevalece um pensamento excludente e de permanência do discurso europeu como parâmetro de belo, bom e correto. Além de problematizar a ideia de originalidade e o enrijecimento dos textos, transformando os autores em seres soberanos e leitores passivos.

O autor nos propõe um outro lugar para a voz daqueles que não fazem parte dos critérios colocados pela tradição. Sugere que os textos sejam audaciosos e antropofágicos e se distancia do discurso de originalidade, pureza e aproxima do discurso miscigenado, já que para ele a maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade e de pureza, assim como Oswald de Andrade propôs com a teoria antropofágica do Manifesto Antropofágico (1928), ele instiga e ressalta a necessidade da independência da produção latino-americana, um lugar que não está nem na figura estereotipada do índio nem tampouco na imitação dos modelos europeus. (SANTIAGO, 2000)

Com isso, Santiago nos induz a querer entender o porquê da prevalência da epistemologia europeia, que representa tradições canônicas conservadoras e perpetua seu papel de silenciar os que apresentem narrativas de outros conhecimentos e culturas em detrimento de outras e o que fazer a partir dessa constatação.

O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto a perspectiva cognitiva dos europeus ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas o conjunto dos educados na sua hegemonia, que naturaliza as relações nesse padrão de poder.

Desde o Iluminismo, século XVIII, o eurocentrismo foi afirmando a Europa como o centro do mundo, das verdades, dos saberes, das crenças e culturas, universalizando eus pensamentos.

Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia, outro dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica uma concepção de humanidade segunda a qual a população do mundo se diferenciava entre inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos. (QUIJANO, 2010, p.86)

Essa dicotomia tem seus reflexos na formação moderna da sociedade, homens/ mulheres, brancos/pretos, europeus/não europeus. Nisso se pautam as relações que se formaram e se formam, sempre na dualidade e tentativa de aniquilamento do outro. Assim como Santiago, para Walter Mignolo (2008) essa mudança só se terá a partir de uma desobediência epistemológica.

A opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos e da acumulação de conhecimento. (...) Pensamento descolonial significa também o fazer descolonial, já que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais. (MIGNOLO, 2008, p.291)

Para Mignolo o pensamento descolonial não se trata de deslegitimar as ideias críticas europeias, mas, assim como Santiago, numa espécie de antropofagia e tem por objetivo co-relacionar as ideias.

Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, *aprender a desaprender...*, já que (um vasto número de pessoas do nosso planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial. Assim, por conhecimento ocidental e razão imperial/ colonial compreendo o conhecimento que foi construído nos fundamentos das línguas grega e latina e das seis línguas imperiais europeias... Pensamento descolonial significa também o fazer descolonial. (MIGNOLO, 2008, p.290)

Segundo a pesquisadora Ana Mafalda Leite (2013) o pensamento descolonial toma força a partir da independência de muitos países, principalmente do continente Africano. Esse conceito carrega consigo a principal ideia uma nova análise nas literaturas que nasceram durante a colonização europeia.

A crítica pós-colonial considera as formas e os temas imperiais caducos, esforça-se por combater e refutar as suas categorias, e propôr uma nova visão de um mundo, caracterizado pela coexistência e negociação de línguas e de culturas. (LEITE, 2013, p.10)

Ainda sob a ótica da pesquisadora, essa ideia reinaugura um fazer multicultural onde caibam todas as estratégias discursivas, ampliando o corpus a ponto de incluir escritos das ex-colônias e textos da ex-metrópole de sentidos críticos sobre o colonialismo, o que se alinha com Santiago e Mignolo.

Entretanto, o que vimos é uma cultura contra-hegemônica marginalizada em todos os aspectos, na literatura, além da prevalência do pensamento europeu, até determinado período os estudos literários sobre a escrita negra ainda eram feitos por grupos das ciências sociais e história, voltado mais para análises sociológicas, do que propriamente literária.

Um elemento fundamental a ser mencionado quando observamos a analítica sobre o negro na literatura brasileira é que ela foi inicialmente desenvolvida por pesquisadores que provinham de formações ou campos de estudos que não eram propriamente da teoria literária, mas sim da história e ciências sociais. Isso significa que por muito tempo estes textos não despertaram qualquer interesse dentro do campo dos estudos da literatura e foram apartados da categoria de objetos literários. Essa questão é importante, principalmente, porque não é uma realidade que se limita ao passado: ainda hoje as textualidades negras estão longe de serem assumidas em suas potencialidades estéticas, epistemológicas e discursivas pela crítica literária brasileira. Por outro lado, abordagens que tomam o texto literário de autoria negra como categoria de análise sociológica são recorrentes. (MIRANDA, 2019, p.12)

Desse modo, alinhamo-nos com Renato Nogueira em seu livro *O ensino da filosofia e a Lei 10.639 (2019)*, em que define a colonialidade como base do eurocentrismo, em que as condições geopolíticas determinam os critérios para que produções sejam aceitas. Portanto, centralizam uns e marginalizam outros.

Outrossim, entendemos esses critérios geográficos fortalecedores do racismo, ou vice versa, já que, ainda citando Nogueira, no dicionário Oxford de Filosofia, organizado por Simon Balckburn (2005), racismo é definido como inabilidade ou recusa para reconhecer os direitos, as necessidades, a dignidade e os valores de pessoas de um grupo racial particular ou de determinada região geográfica. (NOGUERA, 2019)

Para ele o racismo é o elemento preponderante para o epistemicídio e seus reflexos. Visto que, como citado anteriormente, de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2010), trata-se do apagamento das culturas e saberes que não estejam nas condições geopolíticas eurocêntricas. Partindo dessa premissa, entendemos que esses elementos são intrinsecamente ligados e que os seus sentidos nos conduzem a ressignificar várias narrativas que entendemos como universais.

Na literatura não é diferente, tendo em vista que obras literárias da parcela feminina e negra não são objetos de estudo dessa área e pertencerem, em sua maioria, à área de ciências sociais e história, diálogo entre as disciplinas é fundamental na construção literária, todavia

não implica na anulação da importância da presença dos estudos literários nas pesquisas de obras femininas e negras, se isentando da participação de temáticas que contrapõem à lógica colonial, reiterando com políticas racistas e misóginas.

Nas últimas décadas muitos movimentos foram responsáveis para que a ecologia dos saberes se fizesse presente, suscitando debates acerca das relações étnico-raciais e gênero e seus desdobramentos na sociedade, nas instituições e produções acadêmicas. Essas temáticas vêm encontrando mais espaço em diversos ambientes, esferas públicas, midiáticas, religiosas e podemos atribuir isto aos movimentos sociais e aos sujeitos presentes na produção acadêmica, ressaltando seu caráter inovador e questionador. Passam a fazer parte de setores de pesquisa e produção de conhecimento, e evidenciam ainda mais temáticas como essas, alargando os horizontes da ciência, como sujeitos donos dessas vozes.

Para a pesquisadora Maria Nazareth Soares a poesia negra reivindicatória e comprometida esteticamente no Brasil teve seu marco a partir dos *Cadernos Negros* (1978). Embora, ainda segunda Nazareth, reconheça que muitos escritores anteriormente, já no século XIX produzissem textos sobre a questão negra.

A discussão em torno do que seria uma literatura negra é um ponto de divergência entre os estudiosos, o que, de certa forma, se torna problemático categorizar os estudos e escritos feitos em torno dessa temática. Nazareth evoca ao crítico Proença, que discorda do uso da expressão literatura negra, já que para ele a literatura não tem caráter mimético e por isso não teria como se comprometer com questões sociais. No entanto, ele analisa a representação do negro na literatura brasileira e constata dois tipos: o negro como objeto e o negro como sujeito. Propondo, a partir dessa análise um outro modo de ver a literatura negra.

O negro objetificado é cheio de estereótipos e razão construída do que é ser esse sujeito que pode ser encontrado em diversos personagens negros narrados ao longo da literatura brasileira, que inferioriza, animalizam e imbecilizam. Maria de Nazareth retoma vários personagens que contribuem para esse entendimento como a escrava Isaura, o médico Raimundo, Bertoleza de *O cortiço*, Amaro de *O bom-crioulo*, no romance *A carne* e *O presidente negro* de Monteiro Lobato, são os principais destaques.

Já os escritores que merecem destaque como aqueles que procuram destacar a humanidade do sujeito destaca-se Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Lima Barreto, Solano Trindade, Lino Guedes do movimento Modernista, Abdias de Nascimento, dentre outros que procuram dessacralizar os mitos que cercam as relações nesse país.

Sendo assim, Maria de Nazareth sugere como entendimento da literatura negra:

Como vimos, considerando até aqui, a literatura negra não se configura como um gênero literário nem se mostra a partir de gêneros discursivos específicos. Ora configurada a partir da afirmação étnica ou de marcas de busca de uma identidade negra ou afro-brasileira, ora construindo outros percursos marcados por autores, invenções literárias, temas, situando-se, como assinala Octavio Ianni (1988) por dentro e por fora da literatura brasileira. (FONSECA, 2020)

Os *Cadernos Negros*, editada pelo Movimento Quilombohoje, desde 1978, buscam estratégias que fujam de uma limitação acerca dessa compreensão do que é literatura negra. Sobre os *Cadernos Negros* Nazareth destaca:

Se observarmos a trajetória dos *Cadernos Negros*, é possível observar que a intenção de denúncia do preconceito racial e da exclusão vivida pelos descendentes de escravos no Brasil está sempre presente. Ela se traduz seja em textos de forte apelo contestatório, seja no resgate de histórias de gente simples, sempre convivendo com a exclusão, que se encenam nos textos ora assumindo o seu próprio dizer, ora deixando-se contar por um narrador cúmplice, companheiro na encenação. (FONSECA, 2020)

Os *Cadernos Negros* surgiram com o objetivo de mostrar a literatura como instrumento de fortalecimento da consciência do ser negro. Para que isso fosse cada vez mais possível, o comprometimento com uma escrita reivindicatória e de autoconhecimento torna-se a grande preocupação e motivação dessa coletânea. Muitos pensadores e teóricos que discorrem sobre a Negritude são influenciadores dessas obras, mas seus questionamentos principais são: pra quem e pra quê escrevem? A tarefa de pensar literatura negra, que desfizesse os estigmas do sistema escravocrata, dentro de uma estética literária não poderia deixar em segundo plano seus principais objetivos.

No número 28, publicado no final de 2005, os *Cadernos Negros* não ocultam o seu compromisso com a denúncia dessas compartimentações. Tal compromisso faz a publicação sair em busca de um leitor disposto a refletir sobre a internalização inevitável das imagens negativas sobre os indivíduos marcados pela pigmentação não apenas da pele, mas também das oportunidades a eles oferecidas. A motivação inicial dos *Cadernos Negros* - a descoberta das “raízes negríssimas” da maioria de seus colaboradores e a intenção de “levar adiante as sementes da consciência para a verdadeira democracia racial” – diz bem do traçado que os textos procuraram delinear nesses quase 30 anos de existência... “Correndo à margem, o trabalho dos Cadernos, que vem desde 1978, abrange o resgate de ancestralidades e a indicação de caminhos possíveis” (FONSECA, 2020)

Essa coletânea apresenta uma proposta de literatura que alinha a política à construção literária, sendo um instrumento de denúncia ao que se está posto. A coletânea trata da linguagem, circulação dos textos e marginalidade de sua produção.

Cuti nos alerta sobre a importância do fortalecimento de leitores e leitoras negros e negras, assim como uma crítica que fortaleça a identidade negra. Ele ressalta a relevância do

surgimento do Movimento Negro Unificado contra Discriminação Racial, posteriormente apenas Movimento Negro Unificado (1978).

Os Cadernos Negros surgem como mais um sinal desse tempo de África-consciência e ação para uma vida melhor, e neste sentido, fazemos da negritude, aqui posta em poesia, parte da luta contra a exploração social em todos os níveis, na qual somos os mais atingidos. (CUTI, 2010, p.29)

A existência da produção cultural e intelectual das minorias frente ao abismo estabelecido ao longo dos anos do privilegiado lugar dado ao pensamento hegemônico, pode despertar um olhar para além de estudos academicistas e questionamentos retóricos. Além de servir para compor as lutas sociais de inclusão e acesso de direito à informação, educação e produção como forma de luta contra mecanismos opressores e alienantes.

Dessa forma, enquanto ideia, a literatura negra não apenas cria quilombos na ordem discursiva, ela também produz uma crítica corrosiva às estruturas da casa grande, porque nos permite ler o campo literário filtrando nele suas posicionalidades em disputa. (MIRANDA, 2019, p. 14)

É urgente que a construção plural dos saberes seja ampliada e incorporada desde a preparação dos educandos como educadores à formação básica, ressignificando a relação e ampliando a visão monocultural estabelecida pela ciência, religião e política. Milton Santos (2006) trata dessa ação como uma prevalência da ecologia dos saberes, o conjunto de epistemologias que partem da diversidade e da globalização contra-hegemônicas.

Para tanto, voltamos à a lei 10.639, que modificou a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que torna obrigatória a inclusão dos conteúdos de História e Culturas Afro-Brasileira e Africana em todos os níveis de ensino. A fim de tentar preencher uma lacuna existente na formação de alunos e alunas e profissionais da educação.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

Essa lei 10.629/2003 é um marco simbólico diante das inúmeras lutas, negociações e reivindicações do movimento negro brasileiro. O que posteriormente viria a ser a lei 11.645/08 incluindo o povo indígena no ensino escolar:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

Elas foram proponentes da modificação do Art. 26-A da Lei 9.394/96, a LDB que passou a ser:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>

Diante do exposto, recorreremos a Norma Lima em seu artigo O ensino da língua portuguesa e a lei 11.645/2008 e que afirma:

Somente, entretanto, sete anos depois, com o estabelecimento da Lei 10.639/2003, que esta preocupação com uma prática pedagógica voltada para as colaborações das etnias assumiria teor sintonizado com os ideias de ações afirmativas, através da especificação de que, ao currículo escolar, deveriam ser incorporadas “a luta dos negros, no Brasil”, bem como a sua “contribuição nas áreas social, econômica e política” (LIMA, 2013, p.09-17)

Já são quase vinte anos após a primeira lei reparadora e de inclusão educacional, e ainda encontramos diversas deficiências na prática dessas leis. Os manuais de ensino, o currículo elaborado e as fontes de pesquisas ainda partem de um viés etnocêntrico, além da falta de cursos que atualizem os profissionais tendo em vista a ausência sistemática de ensino que preparem professores para trabalharem com autores e autoras negras-brasileiras. Segundo Nogueira (2018), em sua pesquisa com treze profissionais da educação à respeito da lei tem a seguinte análise: 61,5% é composto por brancos, 84,6% são de rede pública, 84,6% conhece a

lei, 76,9% não implementa, 100% não aprendeu esse conteúdo na faculdade, 76,9% gostaria de participar de um curso de formação sobre o tema.

Cuti (2018) acredita que a Lei nº 10.639/2003 já conduz a educação a outros caminhos e vê a partir daí uma crescente produção de livros paradidáticos que tenham conteúdo africano. Outras leis supracitadas anteriormente produzem efeitos semelhantes às questões de gênero, estendendo esses debates para além da intelectualidade acadêmica, alinhadas aos movimentos populares, às camadas não escolarizadas, a outras esferas como futebol, música, teatro, religião e outros mecanismos e suas ramificações.

Maria Firmina dos Reis, como tantas outras, tornaram-se objetos de estudo e exemplos de resistência e denúncia. No entanto, sua inclusão nas pesquisas e leituras acadêmicas e instituição de ensino ainda é muito incipiente. Segundo Sales Santos (2008), a academia é e sempre foi um ambiente racializado, e isso inibe qualquer debate ou ação mais contundente:

[...] devemos deixar evidente que intelectuais negros sempre existiram no meio acadêmico brasileiro (inclusive intelectuais do porte de Milton Santos, geógrafo mundialmente famoso), embora estes fossem – e ainda sejam – poucos intelectuais negros provavelmente passou e passa por diversas dificuldades para chegar aonde eles chegaram, ou seja, para ocupar um cargo e ter status de professor em uma universidade pública brasileira. Ademais, o isolamento a que, praticamente, estão relegados em seus departamentos, muito provavelmente os impossibilita de debater a questão racial brasileira de forma franca, profunda, sem medo de represálias e com apoio ou solidariedade racial, visto que raramente há pares intelectuais negros em suas unidades acadêmicas (SANTOS, 2008, p. 1-2).

Tal relato se mostra evidente quando analisamos os espaços mais tradicionais da intelectualidade brasileira. Tomemos como exemplo a Academia Brasileira de Letras (ABL), dos duzentos e noventa e seis membros dentre os efetivos, perpétuos e correspondentes, apenas oito fazem parte desse somatório e a total ausência de mulher negra.

Logo no início da página da internet da ABL encontramos a seguinte apresentação do seu estatuto:

O estatuto da Academia Brasileira de Letras estabelece que para alguém candidatar-se é preciso ser brasileiro nato e ter publicado, em qualquer gênero da literatura, obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livros de valor literário. Seguindo o modelo da Academia Francesa, a ABL é constituída por 40 membros efetivos e perpétuos. Além deste quadro, existem 20 membros correspondentes estrangeiros.

Fonte:

https://www.academia.org.br/academicos/membros?title=&field_cadeira_value=&page=7

No artigo *O negro na ABL*, de um dos membros da academia, Merval Pereira, encontramos relatos de historiadores e membros da academia citados por ele para embasar a sua teoria que o debate sobre racismo não teria que ter viés político e muito menos a ver com a produção literária. O que vai de encontro com o pensamento de Fernanda Miranda, quando alerta para o fato de que

No Brasil, o sistema de hierarquização racial estruturado desde os primórdios da nossa história tem instituído profundas fronteiras à circulação das vozes na ordem do discurso. Dado que a obra literária é um produto da cultura – tanto política e esteticamente, quanto social e historicamente fundamentada – é necessário estar informado das disputas que compõem o espaço em que a escrita circula. (MIRANDA, 2019, p 12-13)

Partindo desta premissa, podemos levantar o seguinte questionamento: Quem dá o reconhecimento devido às obras? Que critérios são usados para as obras que obter tal mérito? De qual valor literário estamos falando? Tendo em vista o número mínimo ou nulo de mulheres e negras na academia poderíamos entender a partir desta narrativa que poucas mulheres atingiram esse patamar e nenhuma negra chegou a esse nível. Citamos Cuti que nos conduz à seguinte reflexão:

Quando intelectuais brasileiros em postos de comando (professores, jornalistas etc.) procuram apartar o saber – em nosso caso a literatura – das questões ligadas às relações étnico-raciais, o fazem como quem nega conceber a capacidade intelectual ao segmento social descendente de escravizados (CUTI, 2010, p. 12).

Partindo do fato de que o silenciamento da voz da mulher negra como autora de literatura no Brasil é persistente, recorro a professora Nazareth que destaca a força de críticos e autores que estudam essa temática como Eduardo de Assis Duarte que traz Machado de Assis, a partir de um olhar menos armado para o campo daqueles que denunciaram a crueldade do sistema e hipocrisia dos escravocratas, Cruz e Souza redescoberto por Cuti, Domício Proença, Benedita Damasceno (1988) e Zilá Bernd (1992) ressaltam a posição de Luiz Gama, Duarte de Assis (2005) com Maria Firmina dos Reis, dentre outros.

Paralela a essa intelectualidade tradicional da qual a ABL representa, encontramos movimentos emancipatórios que buscam evidenciar escritoras e escritores marginalizados. Destacamos a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), em 2000, onde articula produção teórica e intervenção política, que organiza, também, o Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros.

Queremos ressaltar a FLUP (Festa Literária das Periferias), criada no ano de 2012, que tem como objetivo existir e difundir territórios, autores e autoras excluídas. No ano de 2018, o referido evento foi celebrado na Biblioteca Parque Estadual de (Rio de Janeiro) sendo a homenageada Maria Firmina dos Reis e o romance *Úrsula*. Além disto, foi lançado vinte e um livros de autores periféricos da região.

Essa efervescência é muito recente, sobre Firmina, somente 116 anos depois da publicação do romance estudado. Inicia-se com o bibliófilo Horácio de Andrade e Nascimento Morais Filho. Posteriormente, Luiza Lobo lançou a terceira edição do romance, em 1988. Outra edição da editora PUCMinas em 2004 com o prefácio do pesquisador Eduardo de Assis Duarte. Surgiram outras edições, pesquisas, artigos, eventos e até mesmo samba enredo da escola de samba de São Luís, Turma da Mangueira, sob o título de *Dos reis da abolição, a rainha é ela: Maria Firmina dos Reis, de Guimarães para o mundo*:

A bela inspiração vai revelar
 A história de quem nunca se calou Seus versos hoje vem nos ensinar
 Com a proteção do rei Xangô
 Pioneira mulher corajosa
 De São Luís a linda rosa
 Em Guimarães floresceu
 Contou o que o negro sofreu
 Viu a escrava injustiça terminar
 Entoou os cantos a beira mar
 Liberdade alforria
 Suas palavras tem magia
 Vem meu povo festejar
 Majestosa cadência no ar
 África mãe de todos nós
 Onde ecoa a voz da sabedoria
 Palcos de paixões e despedidas
 Ursula tem Suzana e outras vidas
 A esperança o porão não sufocou
 E o mar levou embora o meu amor
 Maria sua batalha continua
 Firmina a igualdade é o ideal
 Nesta avenida a luz da lua
 A academia vai brincar o carnaval
 Do erudito ao popular
 Viemos lhe agradecer
 E aplaudir você
 No batuque do tambor
 Chegou Mangueira
 Verde e rosa meu amor é a primeira
 Maria Firmina eterna rainha Brasileira.

Em São Paulo a escola de samba Tom Maior, que tem como samba enredo *É coisa de preto*, dedica uma ala à escritora, com direito a fantasia que ilustra a autora lançando mão de páginas de livros, simbolizando sua obra literária. As roupas de renda remetem a figurinos

utilizados pela escritora e os corações que completam a indumentária indicam o gênero literário no qual sua obra se insere, o romantismo.

O romance *Úrsula* nos conduz a um diálogo entre a ficção e a realidade, a escritora como negra-brasileira, refere-se à vida e aos conflitos da população afrodiaspórica e é assim que personagens se cruzam com pessoas e situações reais, tanto no século XIX como na contemporaneidade. A escrita negra sobre personagens negros é diferente da escrita branca sobre personagens negros, já que o lugar socioideológica de cada um que determina o tipo de narrativa que se apresentará e é o que percebemos no texto estudado e na falta de identificação de leitores e leitoras negros e negras com as narrativas canônicas.

A tentativa de silenciamento de Firmina, Túlio, Susana e Antero é o que se perpetua hoje e a desobediência do silêncio desses agentes tem tido suas ramificações em vários planos e a busca por trazer essas figuras à luz é a denúncia e ruptura de séculos de tentativa de apagamento desses sujeitos..

A obra nos conduz a enxergar e questionar um Brasil construído sob bojo de um sistema escravocrata, com uma sociedade forjada no moralismo, expropriação e massacre. O sofrimento de Túlio e seu questionamento religioso, as memórias de Susana os remete à tentativa de permanência das histórias de seus antepassados. O alcoolismo e saudosismo de Antero protagonizam narrativas humanizadas e repletas de evidências da estrutura de poder, luta de classe e relação social que se tinha.

Para autoras como Maria Firmina, se autodeclarar negra e mulher é uma porta de entrada para os inúmeros conflitos que se instaurariam, como a tentativa de desqualificar obras de e pessoas como ela, o que se manifesta de forma sistêmica no Brasil, haja vista o ser negro e mulher um símbolo de ameaça (CUTI, 2010). O negro produzido pelo branco é um objeto ou animalização do ser negro, o negro que reivindica seu lugar humano, desestabiliza a ordem eurocêntrica.

Sendo assim, alinhamo-nos com Achille quando conceitua e problematiza essa lógica da razão negra:

(...) a razão negra designa um conjunto tanto de discursos como de práticas – um trabalho cotidiano que consistiu em inventar, contar, repetir e promover a variação de fórmulas, teatros e rituais com o intuito de fazer surgir o negro enquanto sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática. (MBEMBE, 2018, p.61)

Esses movimentos que se firmam vêm contestar essa razão propagada há anos e universalizada, com seus tentáculos espalhados em todos os mecanismos da sociedade e questionam a institucionalização de um regime, que o naturaliza e o torna verdadeiro.

Boaventura de Sousa Santos (2018) analisa a sociedade moderna como aquela que se fundamenta numa relação abissal, em que um lado busca extirpar o outro, de modo epistêmico e jurídico, colocando pessoas, grupos, culturas em situação de total exclusão. Ainda sob essa análise, ele afirma que esse fundamento não é rígido e teve seus abalos, principalmente, com a força de movimentos que ele chama de contramovimentos. Esses contramovimentos se dão em diversas formas, como as que citamos acima, reivindicações legais, ensino da cultura negra e indígena, escrita negra e feminina, marchas, grupos de estudo e luta.

Ademais, não podemos esquecer a permanência das memórias do povo espoliado como um contramovimento. Quando a personagem Suzana alerta para que Túlio não esqueça do povo, da sua história e do sofrimento causado pelos colonizadores, ela fortalece a identidade negra e afrodiáspórica, identidade como reconhecimento do outro como parte sua. Kabengele Munanga (2019) nos traz a reflexão sobre a importância das memórias na construção e permanência da negritude:

Quem fala e escreve a respeito da identidade negra ou afrodescendente? É possível alimentar e manter um discurso sobre identidade, no qual esteja ausente a ideologia? Poder-se-ia perguntar quais seriam, fora do campo científico-acadêmico, os interesses daqueles que falam e escrevem sobre identidade? Os interesses seriam, sem dúvida, ideológicos. O que significa que a identidade negra ou afrodescendente não teria outra substância, a não ser as relações políticas e econômicas. Isso não quer dizer que outros aspectos importantes na formação da identidade, como a história, deixam de ser considerados. A história escrita ou oral não pode ser feita sem a memória. Desde os trabalhos de Halbwachs, esse é um fenômeno construído coletivamente e sujeito a constantes reelaborações. No caso da população negra brasileira, como de qualquer outra, a memória é construída, de um lado, pelos acontecimentos, pelos personagens e pelos lugares vividos por esse segmento da população, e, de outro lado, pelos acontecimentos, pelos personagens e pelos lugares herdados, isto é, fornecidos pela socialização, enfatizando dados pertencentes à história do grupo e forjando fortes referências a um passado comum (por exemplo, o passado cultural africano ou o passado enquanto escravizado). O sentimento de pertencer a determinada coletividade está baseada na apropriação individual desses dois tipos de memórias, então, a fazer parte do imaginário pessoal e coletivo. (MUNANGA, 2019, p15-16)

Frente a isso, entendemos ser de fundamental importância o estudo da cultura e histórias do povo afro-brasileiro e indígena. Visto a urgência de falar de autores e autoras negras para a população, tanto por identificação e permanência das memórias, como por repúdio aos sofrimentos e luta contra o racismo e misoginia que se desdobram em várias problemáticas para os sujeitos e sociedade.

A literatura é um fazer humano (CUTI, 2018). Sob essa sentença buscamos suscitar mais inquietações e não pôr fim a elas. A reflexão trazida por Cuti nos instiga mais a falar sobre a importância da literatura na construção do sujeito e o quanto a ecologia dos saberes deve ser o seu norteador. O fazer humano é falar da humanidade, suas limitações, complexidades, relações sociais, política e tudo que envolve o ser.

Privar o sujeito de leituras que tenham pluralidade de vozes é estabelecer relações deficientes de monocultura, monofonia e impedir a sociedade de reconhecer a si mesma e desenvolver a autonomia, criação e catarse enquanto leitor ou leitora.

A arte não está desvencilhada dos debates que surgem da relação social. Não está alheia às questões de gênero e etnia, mas sim, representa esse espaço, suas relações e desdobramentos.

Ao destacar o romance *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis buscamos trazer os questionamentos evidenciados pela autora e silenciado pela elite intelectual tradicional que catalogo seguindo um pensamento eurocêntrico. A autora deixa sinais ao longo de sua trajetória de que havia um descompasso entre o que era retratado como Brasil e o que ela e muitas e muitos outros brasileiros viviam, sob um regime opressor.

A relevância de Firmina em seu território e em sua época foi esquecida, como ressalta Nascimento Moraes, como numa amnésia coletiva, apagaram a autora da história literária e negaram o acesso às suas obras. Isto sugere e suscita muitas interrogações que não devem ser negligenciadas.

A primeira que retomamos é a questão de gênero, o espaço da mulher era muito demarcado e a possibilidade de mulheres alcançarem cargos e postos de comando era impensado e impedido. A ciência, a religião, as escolas, a política, tudo pensado e construído para uma classe, que não era a dela (Firmina). Às mulheres era direcionado o papel de mãe, dona de casa e responsável pelo equilíbrio e bem-estar da família. Qualquer sinal de problema era à mulher atribuído. Os direitos civis básicos lhes foram negados e, à base de muita luta, os espaços foram sendo ocupados.

Às mulheres negras os direitos foram ainda mais retardados e os argumentos que lhes impedia eram ainda mais desumanizados. A ideia de supremacia branca sempre foi a base para todo tipo de exclusão étnica e fez disso um alicerce para a objetificação e animalização dos africanos. O sujeito branco e o sujeito negro construídos sob uma razão eurocêntrica tiveram como elo principal um relação servil, onde o branco é o senhor e o negro seu escravo, subtraindo a identidade humana do escravizado.

Nesse cenário instituído legalmente no Brasil, com aprovação da igreja, ciência, arte e política, a literatura da periferia surge como uma voz que denuncia as mazelas, o braço opressor do sistema e seus tentáculos em todas as esferas. Na obra de Firmina, essa denúncia se faz na voz do oprimido, inaugurando uma narrativa que a fala é orgânica e com propriedade, pois ela fala de sua experiência, de sua dor, de sua indignação ou até mesmo de sua alienação.

As falas contra-ideológicas presentes no romance são conscientes dos impedimentos colocados às pessoas como ela. Faço alusão à Norma Lima (2019), que ressalta ser Firmina a única escritora a dar destaques a personagens negros, num período que eles não poderiam ser assunto e muito menos protagonistas.

Entender o papel e a relevância dessa postura inaugural e corajosa da autora é pensar na humanidade que salta às letras ornamentadas de sua época. É perceber que ela enxergava as relações de opressão que eram e são sistêmicas, e que precisam ser confrontadas.

Procuramos ser a voz que se junta a muitas outras para falar o que incomoda, o que toca, o que nos forma e o que nos constitui. Ter *Úrsula* como instrumento amplificador desses ecos é fundamental para atingir os meios escolarizados, movimentos sociais, ações espontâneas e políticas públicas.

A interrogação ao cânone se dá a partir de obras como *Úrsula*, que quebram a lógica hegemônica que prevalece nos discursos, na crítica e nas bases teóricas. Obras que buscam ampliar as falas nos manuais, nas instituições de ensino, pesquisa, currículo, bibliotecas e que possam se reconhecer no outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que entendemos hoje ser a construção de um cânone literário, trata-se do fruto do que se formulou a partir da construção de um repertório de ideias eurocentralizadas, tendo em vista que a formação historiográfica da nossa literatura está diretamente atrelada ao momento de construção do conceito de nação brasileira, ao passo que, mesmo que a colônia buscasse sua autonomia, as bases dos ideais da Metrópole portuguesa se fortaleciam em todas as esferas. Na literatura, o romantismo era a principal referência e mensageiro dos fundamentos nacionalistas, reafirmando o papel conciliatório do Estado com a elite intelectual e econômica.

Nessa conjuntura, o romance *Úrsula*, objeto de nosso estudo, escrito por Maria Firmina dos Reis no ano de 1859, vem a público, diferentemente do que se esperava das obras da época, a autora inaugura uma escrita feminina, negra e denunciadora. Neste romance podemos perceber uma escrita que tematiza a escravidão, o papel do feminino e a pessoa que está por traz desses estereótipos de modo que esses sujeitos fossem recolocados em um outro lugar que não fosse o estabelecido a eles/elas nesse novo Brasil.

A literatura é um fazer humano (CUTI, 2018). Sob essa sentença buscamos suscitar mais inquietações e não pôr fim a elas. A reflexão trazida por Cuti nos instiga mais a falar sobre a importância da literatura na construção do sujeito e o quanto a ecologia dos saberes deve ser o seu norteador. O fazer humano é falar da humanidade, suas limitações, complexidades, relações sociais, política e tudo que envolve o ser.

Privar o sujeito de leituras que tenham pluralidade de vozes é estabelecer relações deficientes de monocultura, monofonia e impedir a sociedade de reconhecer a si mesma e desenvolver a autonomia, criação e catarse enquanto leitor ou leitora. A arte não está desvencilhada dos debates que surgem da relação social, por isso, entendemos que não deveria estar alheia às questões de gênero e etnia, mas sim, representar, também, esse espaço, suas relações e desdobramentos.

Ao destacar o romance *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis buscamos trazer os questionamentos evidenciados pela autora e silenciado pela elite intelectual tradicional que cataloga seguindo um pensamento eurocêntrico. A autora deixa sinais ao longo de sua trajetória de que havia um descompasso entre o que era retratado como Brasil e o que ela e muitas e muitos outros brasileiros viviam, sob um regime opressor e epistemicida.

A relevância de Firmina em seu território e em sua época foi esquecida, como ressalta Nascimento Morais, como numa amnésia coletiva, tentaram apagar a autora da história literária e negaram o acesso às suas obras. Isto sugere e suscita muitas interrogações que não devem ser negligenciadas.

A primeira que retomamos é a questão de gênero, o espaço da mulher era muito demarcado e a possibilidade de mulheres alcançarem cargos e postos de comando era impensado e impedido. A ciência, a religião, as escolas, a política, tudo pensado e construído para uma classe, que não era a dela (Firmina). Às mulheres era direcionado o papel de mãe, dona de casa e responsável pelo equilíbrio e bem-estar da família. Qualquer sinal de problema era à mulher atribuído. Os direitos civis básicos lhes foram negados e, à base de muita luta, os espaços foram sendo ocupados.

Às mulheres negras os direitos foram ainda mais retardados e os argumentos que lhes impedia eram ainda mais desumanizados. A ideia de supremacia branca sempre foi a base para todo tipo de exclusão étnica e fez disso um alicerce para a objetificação e animalização dos africanos. O sujeito branco e o sujeito negro construídos sob uma razão eurocêntrica tiveram como elo principal um relação servil, onde o branco é o senhor e o negro seu escravo, subtraindo a identidade humana do escravizado.

Nesse cenário instituído legalmente no Brasil, com aprovação da igreja, ciência, arte e política, literatura como da autora, que fala dos subalternizados surge como uma voz que denuncia as mazelas causadas pelo braço opressor do sistema e seus tentáculos em todas as esferas. Na obra de Firmina, essa denúncia se faz na voz do oprimido, inaugurando uma narrativa que a fala é orgânica e com propriedade, pois ela fala de sua experiência, de sua memória, de sua dor, de sua indignação ou até mesmo de sua alienação.

As falas contra-ideológicas presentes no romance são conscientes dos impedimentos colocados às pessoas como ela. Faço alusão à Norma Lima (2019), que ressalta ser Firmina a única escritora a dar destaques a personagens negros, num período que eles não poderiam ser assunto e muito menos protagonistas.

Entender o papel e a relevância dessa postura inaugural e corajosa da autora é pensar na humanidade que salta às letras ornamentadas de sua época. É perceber que ela enxergava as relações de opressão que eram e são sistêmicas, e que precisam ser confrontadas.

Procuramos ser a voz que se junta a muitas outras para falar o que incomoda, o que toca, o que nos forma e o que nos constitui. Ter *Úrsula* como instrumento amplificador desses ecos é fundamental para atingir os meios escolarizados, movimentos sociais, ações espontâneas e políticas públicas.

A interrogação ao cânone se dá a partir de obras como *Úrsula*, que quebram a lógica hegemônica que prevalece nos discursos, na crítica e nas bases teóricas. Obras que buscam amplificar as falas nos manuais, nas instituições de ensino, pesquisa, currículo, bibliotecas e que possam se reconhecer no outro.

REFERÊNCIAS

- ACIZELO, Roberto (Org.). *Uma ideia moderna da literatura. Textos seminários para estudos literários (1688-1922)*. Chapecó: Argos, 2011.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ARAÚJO, Ana Pires; LIMA, Ana Luiza Francelino. “As marcas da escrita afrodescendente no conto ‘A escrava’, de Maria Firmina dos Reis”. In: COSTA, Margareth Torres de Alencar; FERREIRA, Elio; BEZERRA FILHO, Feliciano José. (Org.). *Literatura e cultura afrodescendente e indígena*. Teresina: Fundação Universidade Estado do Piauí, 2017, p. 341-346.
- BÍBLIA, A. T. Lucas. In BÍBLIA. Português: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de José Luiz Gonzaga do Prado. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.
- BOAVENTURA, S. S. Meneses, M.P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra. Almedina, 2009.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 44 Ed. São Paulo: Cultrix, 2017.
- BOSI, Alfredo. “Sob o signo de Cam”. In: *Dialética da colonização*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 244-272.
- BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. “Cânon, etnias e gênero – uma perspectiva comparada afro-americana e afro-brasileira”. In: *[Syn]thesis: Cadernos do Centro de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, CCS, 1996, p. 63-70.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Vols. 1 e 2. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.
- CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil: Era Romântica*. 4ª ed., São Paulo: Global, 1997.
- CUTI. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DUARTE, Constância Lima, TOLENTINO, Luana, BARBOSA, Maria Lúcia, COELHO, Maria do Socorro Vieira (Org.). *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- DUARTE, Constância Lima. O Cânone Literário e a autoria feminina. In: *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

- DUARTE, Eduardo de Assis (coordenação). *Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XX*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.
- FELICIDADE, Juliana Teixeira dos Santos; LIMA, Norma Sueli Rosa. “Escritoras brasileiras em diferentes contextos afros”. (Artigo aceito, no prelo)
- FILHO, Nascimento Morais (Org.). *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luiz: Comissão organizadora das comemorações de sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis, 1975.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. “Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negro na cultura brasileira”. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 87-115.
- GOMES, Heloísa Toller. *As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. 2ª ed., Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- GOMES, Heloísa Toller. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.
- LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas Africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Colibri, 2003.
- LEITE, Mirian Moreira. (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- LIMA, Norma Sueli Rosa. “O ensino das literaturas de língua portuguesa no Brasil”. *Diadorim*, v. 18, p. 172-184, 2016.
- LOBO, Luiza. “Maria Firmina: pioneira no diário e no romance”. In: PADILHA, Laura Cavalcante (Org.) *Anais do I Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: Repensando a Africanidade*. Niterói: UFF, 1995, p. 405-417.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. *Discurso sobre a história da Literatura do Brasil*. Pará: NEAD, 1836.
- MATTOS, Florisvaldo. *A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates*. 1971. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MENDES, Algemira de Macêdo. *A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone*. São Paulo: Chiado, 2016.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência Epistêmica: A OPÇÃO DESCOLONIAL E O SIGNIFICADO DE IDENTIDADE EM POLÍTICA*, 2008.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Corpo de romances de autoras negras no Brasil (1859-2006)*: Posse da história e colonialidade confrontada. São Paulo, 2019.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Escritoras negras: resgatando a nossa história*. Papéis Avulsos. Rio de Janeiro: CIEC - Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos/UFRJ, 1989.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo, Editora Autentica, 2019.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Sankofa 4. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NOGUERA, Renato. *O ensino de Filosofia e a Lei 10.639*. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

PEIXOTO, Fabiana de Lima. Afrobetizar: uma análise das relações etnico-raciais em livros didáticos de literatura. *Interdisciplinar: revista de estudos em língua e literatura*. v. 11, p. 377-390. 2010.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula: romance; A escrava: conto*. 7. Ed. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2018.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura dos trópicos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *História da África e do Brasil afrodescendente*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SCHWARCZ, Lilia. “*Raça como negociação*”. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 11-40.

SELIGMANN – SILVA, Márcio. A história como trauma. In: - (Org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escrita, 2000, p. 73-98.

SODRÉ, Nelson Werneck. “*Esboço da literatura nacional*”. In: *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 189-448.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In Walter Benjamin - Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

<http://lintrab.blogspot.com/2013/04/hino-liberdade-dos-escravos.html>

http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/suspiros_poeticos.pdf